

Relatório e Contas

31 dezembro 2025



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Obrigações Curto Prazo

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Relatório de Gestão | 3 |
| 1.1. Enquadramento macroeconómico | 3 |
| 1.2. Política de investimento | 12 |
| 1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdR) | 13 |
| 1.4. Evolução das unidades de participação | 13 |
| 1.5. Performance | 14 |
| 1.6. Custos e proveitos | 15 |
| 1.7. Demonstração do património | 16 |
| 1.8. Evolução dos ativos sob gestão | 16 |
| 1.9. Valorimetria | 16 |
| 1.9.1. Valores mobiliários | 16 |
| 1.9.2. Instrumentos do mercado monetário | 17 |
| 1.9.3. Instrumentos derivados | 18 |
| 1.9.4. Câmbios | 18 |
| 1.10. Remunerações atribuídas | 18 |
| 1.11. Política de voto | 19 |
| 1.12. Erros de valorização | 19 |
| 1.13. Eventos subsequentes | 19 |
| 2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado) | 21 |
| 3. Relatório de Auditoria | 32 |
| 4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025 | 36 |
| 5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025 | 39 |
| 6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025 | 41 |
| 7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 | 43 |

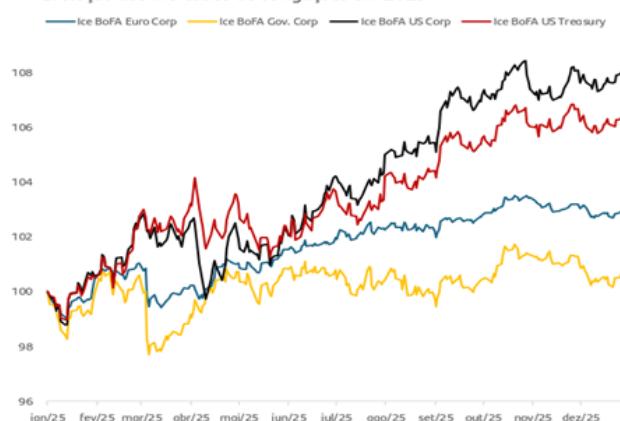
1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O primeiro semestre do ano iniciou com a renovação das preocupações com a inflação nos EUA devido às potenciais tarifas da nova administração Trump e às fortes pressões da procura. Em termos de números macroeconómicos relevantes, o índice de serviços ISM subiu para 64,6 em dezembro e foram adicionados 256 mil novos trabalhadores, o que levou a uma correção global de obrigações e a novo reajustar das perspetivas de cortes nas taxas da Reserva Federal. Consequentemente, as yields das *treasuries* dos EUA subiram, com a yield a 10 anos a encerrar em 4,79% a 14 de janeiro e a yield a 30 anos a ultrapassar os 5%. Os *gilts* do Reino Unido também registaram correções notáveis, com a yield a 30 anos a subir para o seu nível mais elevado desde 1998. No entanto, estes movimentos inverteram-se depois de os resultados do Índice de Preços no Consumidor (IPC) dos EUA e do Reino Unido terem sido inferiores ao esperado, com o IPC core dos EUA a cair para +0,2% em dezembro. A posição *dovish* do Governador Waller da Fed, apoiou ainda mais as esperanças de cortes nas taxas, com os preços dos futuros a preverem dois cortes de 0,25% até final do ano.

Evolução dos mercados de obrigações em 2025



Fonte: SAM e LSEG Workstation 21/01/2026

No final de janeiro, o lançamento do novo modelo de Inteligência Artificial da DeepSeek causou uma breve correção das ações tecnológicas dos EUA, com o NASDAQ a cair -3,07% e a Nvidia a cair -16,97%, mais do que a sua capitalização bolsista em março de 2023. Contudo, o mercado recuperou rapidamente após uma análise mais ponderada sobre os novos modelos. As potenciais tarifas da administração Trump também tiveram impacto nos mercados, com um breve impasse com a Colômbia e tarifas confirmadas sobre o Canadá, o México e a China. O dólar canadiano enfraqueceu -1,1% em relação ao dólar americano.

No outro lado do Atlântico, as ações europeias tiveram um desempenho superior apesar da fraqueza económica. Com a economia da área do euro estagnada no quarto trimestre e os futuros do gás natural europeu a subirem +8,9% para 53,24 euros/MWh, o BCE anunciou outro corte de 0,25% nas taxas a 30 de janeiro, baixando a sua taxa de depósito para 2,75%.

O mês de fevereiro registou uma volatilidade significativa nos mercados devido à ameaça de aplicação de tarifas pelos EUA ao Canadá, ao México e à China. Inicialmente, foram propostas tarifas de 25% para o Canadá e México e de 10% para a China, o que conduziu a uma retirada de risco por parte dos mercados. Num volte face, as tarifas sobre o Canadá e o México foram adiadas por um mês, enquanto as tarifas de 10% sobre a China foram implementadas.

Ao longo do mês, o Presidente Trump anunciou a imposição de tarifas recíprocas a partir de 2 de abril e propôs tarifas de 25% sobre todo o aço e alumínio que entrassem nos EUA a partir de 12 de março. No final de fevereiro, Trump confirmou que as tarifas sobre o Canadá e o México seriam aplicadas a 4 de março, provocando mais uma venda generalizada de ativos. Os ativos mais sensíveis às tarifas, incluindo o dólar canadiano e o índice *STOXX Automobiles and Parts*, registaram flutuações significativas.

A ameaça de tarifas mais elevadas coincidiu com receios crescentes sobre a inflação coincidindo com o valor do índice do preço do consumidor (IPC) dos EUA para janeiro ter avançado + 0,47%, enquanto a medida PCE, preferida da Fed, foi de + 0,33%, a mais rápida desde março de 2024. Isso levou os investidores a prever uma inflação mais alta, com as expectativas de inflação de 1 ano a atingirem os 2,92%.

No mesmo dia da surpresa do IPC, os EUA anunciaram negociações com a Rússia para acabar com a guerra na Ucrânia, contribuindo para uma queda de 4,7% nos preços do petróleo Brent para \$73,18/bbl. As ações europeias tiveram um desempenho superior, com o STOXX 600 a subir 3,4% e as ações do sector da defesa, como a alemã Rheinmetall, a subirem 33,2%.

Os mercados tiveram um bom desempenho até meados de fevereiro, com o S&P 500 a atingir um máximo histórico a dia 19. Contudo, seguiu-se um movimento mais acentuado de redução do risco, liderado pelas ações tecnológicas. Os resultados da Nvidia desiludiram e as 7 magníficas caíram 8,7%, o seu pior desempenho mensal desde dezembro de 2022. Dados negativos dos EUA, incluindo uma queda na confiança do consumidor, diminuíram ainda mais o apetite pelo risco, com a Bitcoin a cair 17,5%.

No lado europeu, as eleições alemãs de 23 de fevereiro resultaram na abertura de conversações entre o bloco conservador CDU/CSU e o SPD de centro-esquerda para formar um novo governo. As boas notícias políticas levaram as ações e obrigações alemãs a terem um desempenho em linha com as suas congéneres europeias, com o DAX a subir 3,8%. As ações alemãs de média capitalização no MDAX tiveram um desempenho superior, subindo 5,9%, o seu melhor desempenho mensal desde novembro de 2023.

Em março, as incertezas sobre as tarifas aplicadas pela administração de Trump foram o principal foco. A imposição de tarifas de 25% ao Canadá, México e China, juntamente com tarifas adicionais sobre o aço e o alumínio, aumentaram as preocupações com a inflação e o crescimento económico.

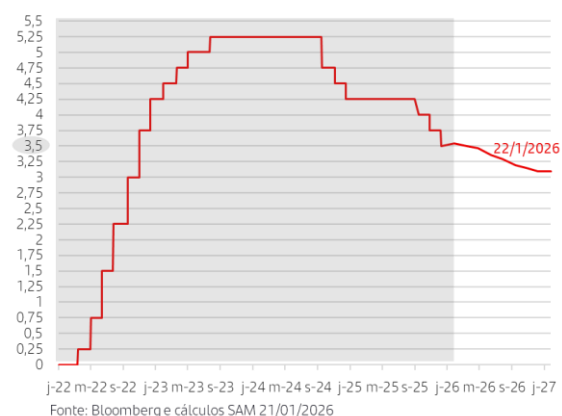
Nos EUA, os receios quanto a um possível aumento na inflação foram confirmados pelos dados do mês: o swap de inflação a 1 ano dos EUA aumentara 72 pontos base no primeiro trimestre para 3,25%, o valor mais elevado em dois anos. Estas preocupações, juntamente com um declínio na confiança dos consumidores, conduziram a um movimento de afastamento do risco nos mercados: o S&P 500 registou um trimestre volátil, subindo inicialmente 2,8% em janeiro, mas caindo 1,3% em fevereiro e 5,6% em março, marcando o seu pior desempenho mensal desde 2022. No trimestre, o índice caiu 4,3%, com as ações tecnológicas a serem particularmente atingidas. As 7 Magníficas encerraram o trimestre com uma queda de -16%, perdendo -20,7% desde dezembro. O dólar americano também teve dificuldades, com o índice do dólar a cair 3,9% no primeiro trimestre, enquanto o euro subiu 4,5% em relação ao dólar, para 1,08 dólares.

Na Europa registou-se uma mudança fiscal significativa. Na UE, através de um fundo de infraestruturas de 500 mil milhões de euros para despesas com defesa e infraestruturas e na Alemanha com a proposta de reforma fiscal a permitir défice para despesas em defesa. A Comissão Europeia propôs também que os Estados-Membros pudessem aumentar as despesas com a defesa sem acionar as regras do défice, resultando num impacto imediato nos ativos europeus, com a yield da dívida pública a 10 anos a registar o maior salto diário desde a reunificação alemã em 1990, subindo +29,8% no início de março. Durante o trimestre o DAX alemão foi um dos índices europeus com melhor desempenho, com uma subida de 11,3%. O índice *STOXX Aerospace and Defence* subiu +28,9%, e a Rheinmetall subiu +114,6%.

As curvas de yield acentuaram-se, com a curva alemã de 2 e 10 anos a subir 41bps para 69bps.

Os bancos centrais continuaram a divergir nas suas políticas. Por um lado, a Fed manteve as taxas inalteradas, assinalando dois cortes para 2025 no seu gráfico de pontos de março, enquanto abrandou o ritmo da *Quantitative Tightening*. Por outro, o BCE efetuou cortes de 25 pontos base nas taxas em janeiro e março, baixando a taxa de depósito para 2,50%. No Japão, o Banco do Japão aumentou as taxas em janeiro para 0,5%, sinalizando novas subidas. No entanto, após a primeira subida de

Fed: Futuros sobre a taxa dos Fed Funds (limite inferior)



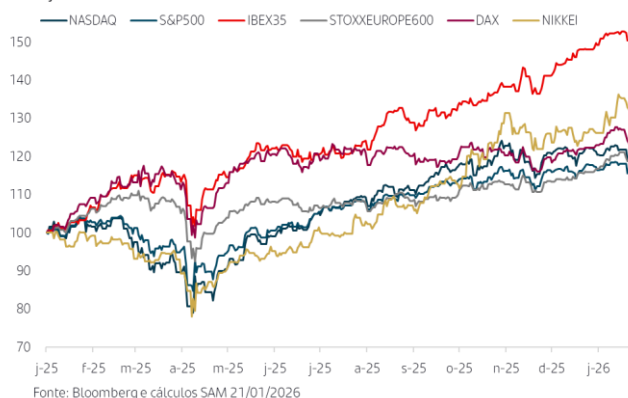
taxa do Banco do Japão de há décadas, o Banco central suíço delineou o caminho de cortes de taxa baixando a taxa de referência em 0,25% para 1,50%.

O início do período mais volátil do semestre acontece quando o Presidente Trump anunciou as muito aguardadas tarifas recíprocas a 2 de abril no autoproclamado Dia da Libertação. O anúncio previa uma taxa mínima de 10% para todos os países, com taxas muito mais elevadas para os restantes, incluindo 20% para a UE, 24% para o Japão e 34% para a China (para além dos 20% de base existentes). Estas tarifas foram muito superiores às expectativas do mercado e os futuros do S&P 500 caíram quase -2% nas duas horas seguintes.

O anúncio dos direitos aduaneiros levou imediatamente os investidores a reavaliarem a probabilidade de uma recessão nos EUA, em especial devido ao receio crescente de que outros países pudessem retaliar. A queda nos mercados acelerou quando o presidente da Fed, Jerome Powell, alertou que as tarifas eram “significativamente maiores do que o esperado” e que a Fed tinha a “obrigação” de manter as expectativas de inflação de longo prazo ancoradas.

Na manhã de quarta-feira, 9 de abril, o mercado parecia preparado para novas quedas. Os futuros do S&P 500 estavam

Evolução do Mercado acionista em 2025



novamente a indicar uma correção e a venda agressiva dos títulos do Tesouro dos EUA continuou. No entanto, o Presidente Trump anunciou uma pausa de 90 dias nas tarifas recíprocas para os países que não apresentaram tarifas retaliatórias, o que significou que o S&P 500 registou o seu melhor desempenho diário desde outubro de 2008, com um ganho de +9,52%.

Embora as tarifas e o Dia da Libertação tenham sido os principais temas do mercado em abril, foi importante notar que os dados macro dos EUA continuaram a não apontar para uma recessão, apesar de alguns inquéritos parecerem mais fracos. Por exemplo, os pedidos iniciais de subsídio de desemprego

semanais não registaram uma deterioração, aumentando as esperanças de que uma recessão seria evitada. Além disso, embora os dados do PIB do 1.º trimestre tenham revelado uma contração anualizada de -0,3%, as vendas finais reais a compradores domésticos privados continuaram a aumentar num valor anualizado de +3,0%, o que é frequentemente considerado como uma melhor medida de solidez económica.

O mês de maio iniciou de forma positiva, impulsionado pelo relatório de emprego dos EUA de abril, divulgado em 2 de maio. Houve a criação de 177 mil postos de trabalho, enquanto a taxa de desemprego manteve-se nos 4,2%, tranquilizando os investidores sobre a estabilidade da economia dos EUA. O índice de serviços ISM também surpreendeu ao subir para 51,6, reforçando a confiança no mercado.

No início do mês, surgiram sinais promissores de acordos comerciais entre os EUA e outros países. No dia 8, os EUA e o Reino Unido anunciaram um acordo, seguido pela notícia de que os EUA e a China reduziriam tarifas por 90 dias a partir de 12 de maio, com a taxa dos EUA sobre a China a ceder de 145% para 30%. Esta redução inesperada gerou uma reação positiva nos mercados, com o S&P 500 a registar o seu melhor dia do mês, subindo mais de 3%. O relatório da inflação dos EUA para abril ficou abaixo das expectativas pelo terceiro mês consecutivo (2,3%), o que também contribuiu para o otimismo.

Entretanto, a partir de meados de maio, o ímpeto comprador começou a perder força devido a preocupações fiscais com os EUA. A agência de rating Moody's baixou a classificação de crédito dos EUA de Aaa para Aa1, exacerbando preocupações sobre os déficits, que estavam acima de 6% do PIB em 2023 e 2024. Além disso, o projeto de lei tributária que estendia os cortes de impostos de Trump foi aprovado pela Câmara dos Representantes por uma margem estreita de 215-214, com a aprovação do senado ainda pendente.

Em consequência, as *Yields* das *treasuries* de longo prazo subiram, com a obrigação a 30 anos a encerrar em 5% a 21 de maio, antes de cair para 4,93% no final do mês, um aumento de 25bps no geral. Já noutros pontos do globo, a Yield de 30 anos do Japão atingiu o nível mais alto desde 1999, antes de recuar, e na Alemanha, a Yield a 30 anos subiu 10bps, terminando em 2,98%.

No final do mês, existiram desenvolvimentos significativos no que toca às tarifas. A 23 de maio, Trump anunciou uma tarifa de 50% sobre a União Europeia a partir de 1 de junho, levando a um impulso de venda no mercado. Contudo, e como tinha sido seu hábito, essa tarifa foi estendida até 9 de julho. Na semana seguinte, o Tribunal de Comércio Internacional dos EUA decidiu que a administração Trump não tinha autoridade para impor a maioria das tarifas anunciadas, citando a Lei de Poderes Económicos de Emergência Internacional (IEEPA). Após uma recuperação dos mercados inicial, o facto da administração ter recorrido da decisão, mantendo as tarifas em vigor temporariamente, levou a uma estabilização nos mercados.

Tudo somado, os dados económicos mais fortes e a redução das tarifas entre os EUA e a China apoiaram as ações em geral. O S&P 500 (+6,3%), o STOXX 600 (+5,1%) e o Nikkei (+5,3%) registaram todos ganhos sólidos em termos de retorno total. O mesmo verificou-se nos mercados emergentes, com o índice MSCI EM a registar uma subida de 4,3%.

Durante junho, os mercados financeiros passaram por alguma volatilidade influenciada por vários eventos macroeconómicos. Um dos principais desenvolvimentos foi o aumento da tensão geopolítica quando Israel lançou ataques aéreos contra instalações nucleares e militares do Irão. Este ataque provocou um grande aumento nos preços do petróleo, com o Brent a subir +7,02% em 13 de junho, o seu maior aumento diário desde 2022. Aumentaram os receios de um conflito regional mais alargado e do potencial envolvimento dos EUA, com os EUA a acabarem por lançar os seus próprios ataques contra instalações nucleares iranianas. No entanto, o Irão respondeu lançando mísseis contra uma base aérea dos EUA no Qatar, e o presidente Trump publicou que o Irão tinha avisado antecipadamente os EUA sobre o lançamento, o que foi interpretado como uma forma de evitar uma espiral de escalada. Pouco depois, foi anunciado um cessar-fogo, o que levou a queda acentuada dos preços do petróleo. Já a Reserva Federal decidiu manter as taxas de juro estáveis, citando a inflação e o crescimento e avisando que os impactos das tarifas na inflação só serão vistos nos dados de julho e agosto.

O índice S&P 500 registou um aumento de 5,1% durante o mês, impulsionado pelos fortes lucros das empresas e pelos desenvolvimentos comerciais favoráveis. Por outro lado, após um excelente semestre, as ações europeias tiveram um pior desempenho, com o índice Stoxx 600 a recuar -1,2%. Nos mercados obrigacionistas, o Índice *Bloomberg U.S. Aggregate Bond* recuou 0,70%, principalmente devido ao aumento das taxas de juro de longo prazo. As obrigações governamentais europeias apresentaram desempenhos mistos, influenciadas pelos esforços de revitalização económica em vários países. As obrigações corporativas dos EUA enfrentaram pressão do aumento das yields de longo prazo, enquanto as obrigações corporativas europeias tiveram um desempenho relativamente melhor, apoiadas pelas medidas de estímulo económico em curso.

Os movimentos cambiais também tiveram um impacto significativo nos mercados. O dólar americano enfraqueceu em relação às principais moedas, incluindo o euro, tendo sido um elemento detratador para os investidores estrangeiros no mercado norte-americano.

No geral, junho de 2025 foi marcado por uma combinação de atenuação das tensões comerciais, política monetária estável e dados económicos positivos, que contribuíram coletivamente para um desempenho razoável dos mercados financeiros. A queda do dólar americano influenciou os ganhos nos mercados norte americanos, destacando a natureza interconectada dos mercados financeiros globais.

Em julho, a narrativa do excecionalismo dos EUA ganhou novo fôlego, com o dólar a valorizar +3,2%, registando o seu melhor desempenho desde 2022. As bolsas norte-americanas também se destacaram: o NASDAQ atingiu 14 máximos históricos, impulsionado pelo regresso da narrativa do "tech-ecionalismo" e pelos resultados sólidos de empresas como a Microsoft e a

Meta. Os indicadores económicos mantiveram-se positivos, com destaque para o PIB do 2.º trimestre (+3,0%) e a criação de 147 mil empregos em junho.

No plano internacional, os EUA alcançaram acordos comerciais com parceiros como o Japão, a UE e a Coreia do Sul, fixando tarifas de 15%. Outros países enfrentaram taxas superiores: Brasil (50%), Índia (25%) e Canadá (35%). Estes acordos atenuaram os receios de uma guerra comercial, embora persistam dúvidas quanto à concretização dos investimentos anunciados.

Nos mercados obrigacionistas, as yields das *Treasuries* subiram +15 pontos base, impulsionadas pelos dados económicos e pela postura prudente da Fed. O BCE também manteve as taxas, sinalizando o fim do ciclo de cortes. No Japão, os JGBs atingiram 1,60%, o nível mais elevado desde 2008.

No setor das matérias-primas, o petróleo Brent valorizou +7,3%, impulsionado por receios de novas sanções ao petróleo russo. O cobre registou uma queda acentuada (-22%) após o anúncio inesperado de isenção tarifária. A Bitcoin subiu +8,26%, apoiada por uma nova legislação aprovada pelo Congresso dos EUA.

Entre os mercados acionistas com melhor desempenho destacaram-se a Grécia (+7,3%), a China (+4,5%) e o Reino Unido (+4,3%). Em contraste, o Brasil (-4,2%) e a Índia (-2,8%) recuaram devido às novas tarifas norte-americanas.

Agosto por seu lado começou sob o signo da tensão comercial, com o prazo de 1 de agosto a marcar o foco inicial dos mercados devido à imposição de novas tarifas pelos EUA, incluindo uma taxa de 50% sobre o cobre e um aumento para 35% nas tarifas aplicadas pelo Canadá a bens fora do USMCA. No entanto, acordos prévios com a UE e o Japão suavizaram o seu impacto.

Ainda assim, os mercados arrancaram em terreno negativo, pressionados por um relatório de emprego nos EUA referente a julho que ficou aquém das expectativas. As revisões em baixa para maio e junho totalizaram -258 mil empregos enquanto o crescimento de emprego foi residual. O S&P 500 registou a sua pior sessão do mês, com uma queda de -1,6%, enquanto as yields das *Treasuries* americanas a 10 anos recuaram -7,8 pontos base.

A partir daí, os mercados recuperaram gradualmente, impulsionados pela expectativa de um corte de taxas pela Fed em setembro. O relatório de inflação de julho veio em linha com o esperado, sem grandes impactos das tarifas, embora a inflação core tenha acelerado. No final do mês, Jerome Powell adotou um tom mais permissivo em Jackson Hole, referindo que o mercado laboral "não está particularmente pujante e enfrenta riscos crescentes".

A Fed esteve também sob escrutínio político, após o Presidente Trump tentar demitir Lisa Cook do Conselho de Governadores. Este episódio reacendeu receios sobre a independência da Fed, levando os investidores a antecipar uma inflação mais rápida e curvas de yield mais inclinadas.

Na Europa, os mercados acompanharam de perto os desenvolvimentos na Ucrânia, com especulações sobre um possível cessar-fogo após reuniões entre Trump, Putin e líderes europeus. Embora sem acordo final, ativos como petróleo e ações de defesa europeias registaram elevada volatilidade.

A política orçamental francesa voltou ao centro das atenções com o anúncio de uma moção de confiança para 8 de setembro. O spread das obrigações a 10 anos entre França e Alemanha subiu +13pb, o maior avanço mensal desde junho de 2024. A yield francesa encerrou apenas 5pb abaixo da italiana a 27 de agosto, o nível mais próximo desde 2003.

Em termos de desempenho de ativos, as ações globais registaram ganhos sólidos: o S&P 500 avançou +2,0%, o STOXX 600 +1,0%, o Nikkei +4,1% e o MSCI EM +1,5%, beneficiando da resiliência dos dados macro e da expectativa de cortes de taxas. As *Treasuries* norte-americanas também tiveram um bom mês, com a yield a 2 anos a cair -34pb para 3,62% (a maior queda mensal desde agosto de 2024) e a 10 anos a recuar -15pb para 4,23%, resultando num retorno total de +1,0%. O ouro valorizou +4,8%, atingindo \$3.448/oz, refletindo a procura por proteção face à incerteza monetária.

Por outro lado, os ativos franceses foram penalizados pela incerteza política: o CAC 40 caiu -0,9% e as OATs registaram um retorno total igualmente negativo de -0,9%. O dólar norte-americano enfraqueceu face a todas as moedas do G10, com o índice do dólar a recuar -2,2%.

O mês de setembro trouxe uma mistura de resiliência e cautela nos mercados financeiros globais. Nos EUA, o mercado de trabalho mostrou sinais de abrandamento com apenas 22 000 empregos criados em agosto. Contudo, as revisões em baixa dos meses anteriores eliminaram 154 000 empregos, transformando o número de junho numa contração — a primeira desde dezembro de 2020. Uma revisão de referência pelo *Bureau of Labor Statistics* revelou que foram criados 911 000 empregos a menos entre abril de 2024 e março de 2025 do que o anteriormente reportado. A proporção de vagas de emprego para desempregados caiu para 0,98, abaixo da sua média de 10 anos, sugerindo um arrefecimento da procura por mão de obra.

Em resposta, a Reserva Federal (Fed) reduziu a sua taxa de juro de referência em 0,25%, colocando a taxa de juro entre 4,00% e 4,25%. Embora a Fed tenha reconhecido a necessidade de apoiar o emprego, com a inflação core ainda acima da meta de 2% o presidente Powell considera que ainda será necessária cautela.

Não obstante, os mercados davam previsão de mais dois cortes de taxas para 2025 e outros dois para 2026.

O crescimento económico surpreendeu positivamente, com o PIB do segundo trimestre revisto para uma taxa anualizada de 3,8%, impulsionado pelos consumidores e uma queda nas importações. As vendas finais reais para os privados domésticos subiram para 2,9. Contudo, houve uma divergência crescente entre os estados que beneficiaram desse impulso e aqueles que enfrentaram estagnação.

Apesar de tudo, os mercados desafiaram a desaceleração típica de setembro. Nos EUA, o *S&P 500* ganhou 3,26%, enquanto o *NASDAQ* subiu +5,7%. Os mercados emergentes lideraram globalmente, subindo 7,2% no acumulado do ano, apoiados por um dólar mais fraco. As ações europeias também registaram ganhos, com o *Stoxx Europe 600* subido +1.5%.

Os mercados obrigacionistas refletiram as mudanças nas expectativas em relação às taxas com as yields dos títulos do tesouro norte-americano a 30 anos a fixarem-se em 4,73%. Por outro lado, as yields de curto prazo também diminuíram. A nível global, as yields subiram em várias regiões: os títulos a 30 anos do Reino Unido atingiram 5,72%, os da França 4,52% e os do Japão 3,18%, marcando um recorde histórico.

Na Zona Euro, o PIB cresceu 0,4% em relação ao trimestre anterior, apoiado pelos serviços e pela procura interna. A inflação

| | 2025 | 2026e |
|---------------------------|--------------|--------------|
| PIB EUA | 2,20% | 2,00% |
| Inflação EUA | 2,70% | 2,40% |
| PIB Zona Euro | 1,50% | 1,20% |
| Inflação Zona Euro | 2,10% | 1,80% |
| PIB Portugal | 1,80% | 2,10% |
| PIB Espanha | 2,90% | 2,40% |
| PIB China | 5,00% | 4,40% |

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 21/01/2026

subiu para 2,2%, com a inflação core estável em 2,3%. O BCE manteve as taxas estáveis, equilibrando sinais económicos contraditórios e incertezas relacionadas com o comércio. O sentimento industrial, contudo, enfraqueceu, com o índice a cair para -10,3, refletindo o pessimismo do setor industrial.

Outubro foi mais um mês positivo para os mercados financeiros, com ações e obrigações a mostrarem resiliência apesar dos sinais mistos entre otimismo e cautela.

Apesar do início turbulento após a postura negativa de Trump com a China a 10 de outubro, onde os mercados reagiram de forma adversa, a reunião entre Trump e Xi Jin Ping na Coreia do Sul aliviou as tensões, o que resultou nas bolsas continuarem a subir, impulsionadas por este progresso nas relações comerciais entre os EUA e a China, aliado aos bons resultados empresariais e o entusiasmo contínuo em torno da inteligência artificial.

O S&P 500 registou o sexto mês consecutivo de ganhos, enquanto o Nasdaq atingiu novos máximos históricos, com destaque para empresas tecnológicas como a Nvidia, que chegou a ser a primeira empresa a atingir uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares. Contudo, o sector bancário nos EUA teve um mês atribulado, com a exposição do setor às banca-rotas no ramo automóvel a suscitar dúvidas sobre a qualidade creditícia de alguns dos devedores, o que fez com que o índice KBW de banca americana terminasse o mês com -1,52%.

No Japão, o índice Nikkei teve o melhor mês desde outubro de 1990, beneficiando da estabilidade política com a entrada em funções do novo governo de Sanae Takaichi e de um acordo comercial com os EUA que reduziu tarifas sobre exportações japonesas.

Nas obrigações, o desempenho também foi positivo. Apesar de declarações mais restritivas por parte da Reserva Federal no final do mês, a yield das obrigações dos EUA a 10 anos caiu para 4,08%. Os investidores reagiram bem a sinais de abrandamento no mercado laboral e ao segundo corte de taxas pela Fed ano, embora Jerome Powell tenha alertado que novos cortes em dezembro “não estão garantidos”.

Os metais preciosos continuaram a sua senda positiva, com o ouro a ultrapassar os 4.000 dólares por onça pela primeira vez, e a prata a subir pelo sexto mês consecutivo, algo que não acontecia desde 1980. Os ativos digitais também voltaram a ganhar tração, com a Bitcoin a ultrapassar os 100.000 dólares, refletindo o apetite dos investidores por alternativas num contexto de incerteza geopolítica.

Novembro apresentou um enquadramento de mercado dividido, com um início mais volátil seguido de uma recuperação gradual dos ativos de risco. No final do mês, o S&P 500 (+0,2%) prolongou para sete o número de ganhos mensais consecutivos, apesar de uma correção superior a 5% face ao pico de final de outubro. A evolução das expectativas sobre a política monetária da Fed manteve-se como o principal motor do sentimento.

A probabilidade de um corte de taxas em dezembro iniciou o mês em 68%, mas recuou após indicadores inflacionistas, nomeadamente o ISM Serviços, cujo subíndice de preços atingiu 70,0. As minutas do FOMC reforçaram a orientação prudente, sugerindo estabilidade das taxas até ao final do ano. O aumento de volatilidade refletiu-se no VIX, que subiu para 26,42 pontos, enquanto a probabilidade de corte caiu para 24,5% a 20 de novembro.

Contudo, o quadro inverteu-se após comentários mais *dovish* da Fed de Nova Iorque e com a subida da taxa de desemprego para 4,4%, o valor mais elevado desde 2021. Este conjunto de dados levou a que a probabilidade de corte avançasse para 83% no final do mês. Notícias sobre uma possível nomeação de Kevin Hassett para liderar a Fed reforçaram expectativas de maior acomodação monetária em 2025. O S&P 500 registou uma recuperação expressiva, destacando-se o avanço de +4,2% nos quatro dias anteriores ao Dia de Ação de Graças.

O setor tecnológico continuou a ser alvo de maior escrutínio. Apesar de resultados sólidos da Nvidia, esta caiu (-12,6%), empurrando o grupo dos 7 magníficos para quedas de -1,1%, refletindo receios de valorização excessiva. O lançamento do modelo Gemini 3 da Google impulsionou a Alphabet (+13,9%) e intensificou a perceção de maior concorrência em IA. No mercado de crédito, verificou-se algum alargamento de spreads.

Na Europa, os ativos beneficiaram de expectativas moderadamente mais positivas relativamente ao conflito na Ucrânia, com probabilidades de um cessar-fogo até março a subir de 22% para 27%. Isto levou o setor de Defesa a recuar (-8,1%) e o Brent a cair -2,9% para \$63,20/bbl, prolongando a tendência de correção.

No Reino Unido, o orçamento foi recebido positivamente pelos mercados, levando a uma descida das yields das gilts a 10 anos (-7bps), após uma fase inicial de volatilidade. Em contraste, o Japão registou um mês mais negativo, com subida das yields (JGB 10 anos para 1,81%; JGB 30 anos para 3,34%) e queda do Nikkei (-4,1%).

Dezembro ficou marcado por um cenário macroeconómico favorável que sustentou a evolução dos mercados financeiros e reforçou a confiança dos investidores. A inflação global manteve a trajetória de desaceleração, com os Estados Unidos a registarem uma taxa de cerca de 2,7% em novembro, consolidando o processo de normalização após um longo período de pressão inflacionista. Este contexto apoiou uma revisão das expectativas em torno da política monetária, influenciando de forma significativa o comportamento dos mercados acionistas e obrigacionistas.

Nos Estados Unidos, a Fed decidiu reduzir a sua taxa de referência para 3,50%–3,75%, numa decisão amplamente antecipada pelos mercados. A orientação futura do banco central sugere cortes adicionais em 2026, podendo levar as taxas para perto de 3%, o que contribuiu para uma descida das yields de curto prazo e para uma perceção mais favorável sobre ativos de risco. As expectativas de cortes adicionais pela Fed levaram as yields das *Treasuries* de curto prazo a recuar, enquanto os prazos mais longos se mantiveram próximos dos 4%, refletindo incertezas sobre o crescimento futuro.

Na Zona Euro, o BCE manteve as taxas inalteradas, contudo aumentaram as expectativas de uma subida das taxas de juro do BCE em 2026, após declarações de Isabel Schnabel e após a revisão em alta das previsões para o crescimento e para a inflação core, levando as yields das obrigações alemãs a 10 anos a ultrapassarem temporariamente o máximo de março, antes de encerrarem o ano nos 2,85%.

Em contraste, o Banco do Japão elevou a sua taxa-chave para 0,75%, o nível mais alto em três décadas, impulsionando as yields dos títulos japoneses para máximos históricos recentes.

Os mercados acionistas globais encerraram 2025 com desempenhos robustos, refletindo otimismo em torno das perspetivas económicas e setores de crescimento, em particular tecnologia e inteligência artificial: Nos Estados Unidos, o S&P 500 valorizou cerca de 17,9% no ano, enquanto o Nasdaq ultrapassou os 20%. Já na Europa, o FTSE 100 foi um dos destaques, com ganhos anuais de 25,7%, beneficiando do tradicional “rally” de fim de ano. Já o STOXX 600 adicionou 2 pontos no mês o que fez o seu YTD atingir os 20,7%.

O ouro beneficiou do ambiente de taxas em queda e da procura por proteção contra riscos geopolíticos e queda do dólar, encerrando 2025 próximo dos 4300 USD por onça, um ganho anual de 65%. O dólar americano voltou a cair em dezembro (EUR/USD -1,3%), acabando o ano com uma desvalorização de 13,4% face ao EUR e desvalorizado amplamente perante quase todas as moedas globais.

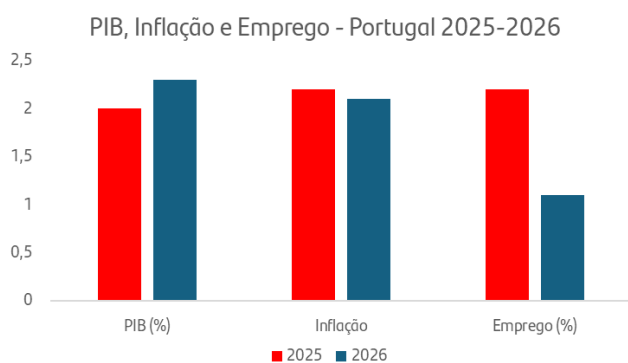
Economia Portuguesa

No primeiro trimestre de 2025, a economia portuguesa registou uma contração de 0,5%, uma mudança significativa em relação ao crescimento de 1,4% observado no último trimestre de 2024. Esta desaceleração pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo uma possível diminuição na procura interna e externa, bem como desafios no setor industrial. No entanto, a confiança dos consumidores estabilizou em junho, refletindo um otimismo cauteloso sobre a situação financeira futura das famílias, o que pode indicar uma recuperação gradual nos próximos meses. Na segunda metade de 2025, a economia portuguesa registou um crescimento consistente, com o PIB a avançar 0,8% no terceiro trimestre e 1,0% no quarto trimestre. Este desempenho foi sustentado pelo consumo privado, beneficiando da redução do IRS e do suplemento extraordinário para pensões mais baixas. Para 2026, projeta-se uma expansão do PIB de 2,3%, suportada pela procura interna e pelo investimento, que deverá crescer 6%, impulsionado pelo Plano de Recuperação e Resiliência. As exportações deverão aumentar 2,6%, acompanhadas por um crescimento das importações de 3,5%.

No primeiro semestre, a taxa de desemprego manteve-se estável em 6,3%, o que é um sinal positivo de estabilidade no mercado de trabalho. A população empregada ultrapassou os 5,2 milhões de pessoas em maio de 2025, refletindo uma recuperação contínua do emprego. Este crescimento no emprego pode ser atribuído a políticas governamentais eficazes e à resiliência das

empresas em adaptar-se às condições económicas desafiadoras. Além disso, setores como o turismo e os serviços têm contribuído significativamente para a criação de novos postos de trabalho. No segundo semestre, a taxa de desemprego situou-se em 5,9%, tendo diminuído em relação ao trimestre anterior (0,7 p.p.) e ao 2º trimestre de 2024 (0,2 p.p.). O mercado laboral deverá manter uma trajetória positiva em 2026, com um aumento do emprego de 1,1% e uma redução da taxa de desemprego. Esta evolução reflete a recuperação gradual da atividade económica e a execução dos projetos financiados por fundos europeus, embora persistam desafios relacionados com a evolução dos custos laborais e a necessidade de qualificação da mão-de-obra.

As finanças públicas apresentaram um saldo superavitário de 2,2% do PIB no primeiro trimestre de 2025, indicando uma gestão



Fontes: Banco de Portugal, Boletim Económico — dezembro 2025 (projeções macroeconómicas para 2025-2028; tabela "Projeções do Banco de Portugal: 2025-28").

fiscal prudente e eficaz. O rendimento disponível bruto das famílias aumentou 9,5%, resultando num aumento significativo da poupança em cerca de 39%. Este aumento na poupança pode ser visto como uma resposta das famílias à incerteza económica, acumulando reservas financeiras para o futuro. Além disso, o governo tem implementado medidas para apoiar as famílias e incentivar o consumo, o que também contribui para este aumento no rendimento disponível. No segundo semestre, os dados consolidados da execução orçamental apresentaram um excedente orçamental de 1.0% do PIB, superior aos 0,8% em período homólogo.

O crescimento da receita voltou a superar o da despesa, ainda que por uma margem mais curta do que ano anterior.

A taxa de inflação subiu para 2,4% em junho de 2025, impulsionada principalmente pelo crescimento de 4,7% nos preços dos bens alimentares. Este aumento nos preços dos alimentos pode ser atribuído a fatores como a escassez de oferta e o aumento dos custos de produção. Em contrapartida, a componente energética registou uma diminuição de -1,3%, possivelmente devido a uma queda nos preços do petróleo ou a uma maior eficiência energética. Esta combinação de fatores resulta numa inflação moderada, que ainda assim pode impactar o poder de compra das famílias. No segundo semestre, a inflação, medida pelo IHPC, estabilizou em torno de 2% no final, após uma subida temporária no verão devido aos preços dos alimentos não transformados. Para 2026, o Banco de Portugal prevê uma inflação média de 2,1%, alinhada com a estabilidade observada na área do euro. Este cenário sugere um ambiente de preços relativamente controlado, favorável à manutenção do poder de compra das famílias.

O setor do turismo continuou a mostrar sinais de recuperação, com o número de hóspedes a crescer 2,6% em maio de 2025, gerando receitas de 717 milhões de euros. Este crescimento no turismo é crucial para a economia portuguesa, dado o seu impacto significativo em vários setores, incluindo a hotelaria, a restauração e o comércio local. No mercado imobiliário, o valor médio de avaliação bancária na habitação foi de 1.886 euros por metro quadrado em maio de 2025, indicando uma valorização contínua dos imóveis. Este aumento nos preços dos imóveis pode ser atribuído a uma alta procura e a uma oferta limitada, bem como a investimentos estrangeiros no setor imobiliário. No segundo semestre, o setor do alojamento turístico registou 2,2 milhões de hóspedes (+0,8%) e 5,1 milhões de dormidas (+1,0%), gerando 393,5 milhões em proveitos totais (+2,1%) e 289,3 milhões de euros em proveitos de aposento (+1,6%). O turismo deverá continuar a desempenhar um papel relevante na economia, beneficiando da recuperação da procura externa e da atratividade do destino Portugal. No setor imobiliário, espera-se uma estabilização dos preços, embora com pressões localizadas em áreas urbanas. Entre os principais riscos para 2026 destacam-se a execução dos fundos europeus, as tensões comerciais internacionais, a evolução dos custos laborais e uma eventual apreciação do euro, que poderá afetar a competitividade das exportações.

As perceções de risco entre os investidores e consumidores têm sido influenciadas por uma combinação de fatores internos e externos. A instabilidade política em algumas regiões, as flutuações nos mercados financeiros globais e as incertezas relacionadas às políticas económicas do governo têm contribuído para uma maior cautela. No entanto, a confiança estabilizada

dos consumidores e o superávit nas finanças públicas indicam uma resiliência que pode ajudar a mitigar alguns desses riscos. No que toca ao último semestre de 2025, os riscos foram avaliados como baixos para a atividade e equilibrados para a inflação. Para 2026, os principais riscos identificados são: (i) execução do PRR — atrasos ou menor absorção podem reduzir o impulso do investimento; (ii) tensões comerciais e geopolíticas — potenciais impactos negativos no comércio e cadeias de abastecimento; (iii) custos laborais e apreciação do euro — riscos à competitividade-preço das exportações; (iv) volatilidade financeira — correções em mercados podem afetar confiança e condições de financiamento; e (v) dependência da procura interna — tornando o crescimento mais sensível a choques domésticos. Em sentido oposto, riscos em alta incluem: maior multiplicador de gastos em defesa/infraestruturas na UE, acordos que reduzam barreiras comerciais e um impacto mais rápido/robusto da tecnologia na produtividade.

Fonte Comentário global: Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to December; Refinitiv LSEG Workstation

Fonte Economia Portuguesa: Estudos económicos Santander: GEP – Global Economic Position - A GLOBAL ECONOMIC POSITION (GEP) DE PORTUGAL MELHOROU NO 2.º TRIMESTRE DE 2025: ACELEROU E

REAPROXIMOU-SE DA FASE DE EXPANSÃO FACE AO TRIMESTRE ANTERIOR – Julho 2025 Fernandes, Bruno e Constantino, Rui

Banco de Portugal, Boletim Económico — dezembro 2025

1.2. Política de Investimento

Em 2025, prosseguiu-se o ciclo de descida das taxas de juro: o Banco Central Europeu reduziu a taxa de juro da facilidade de depósito em 100 pontos base, para 2,00%, na primeira metade do ano, mantendo-a inalterada durante a segunda metade.

O fundo Santander Obrigações Curto Prazo é um fundo com uma política de investimento conservadora, uma vez que mais de 50% da carteira deve estar investida em ativos com maturidade inferior a um ano. No início do ano, esta parte da carteira era composta principalmente por obrigações de crédito, mas atualmente apresenta um peso semelhante entre obrigações de crédito e dívida soberana: detém 22% em obrigações de crédito (dos quais 19,5% são de taxa fixa e 5% de taxa variável) e 23% em dívida soberana (principalmente de França e Itália). Adicionalmente, existe uma exposição de 2,3% a papel comercial (Acciona, Bankinter, entre outros).

Por outro lado, mais de 20% dos ativos do fundo devem ter uma maturidade superior a dois anos. Neste segmento predominam as obrigações de crédito, repartidas entre taxa fixa (9%) e taxa variável (9%), existindo ainda uma exposição de 8% a obrigações de taxa fixa de dívida pública e semipública.

No total, o fundo apresenta uma alocação de 64% em ativos de crédito, um nível inferior aos 74% registados no início do ano, mantendo o peso das obrigações de taxa variável próximo dos 25%. O peso do papel comercial diminuiu de 7,8% para 2,3%, enquanto o peso da dívida pública e semipública aumentou de 21% para 31%.

Todos os ativos estão denominados em euros, pelo que não existe risco cambial.

Este foi um ano marcado pela incerteza gerada pelas alterações nas tarifas aduaneiras aplicadas pelos Estados Unidos a vários países, o que originou volatilidade nos mercados, devido ao seu impacto na inflação e no crescimento económico e, consequentemente, nas possíveis alterações das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu. Por este motivo, foi adotada uma gestão conservadora da *duration*, que iniciou o ano em 8 meses, aumentou para 9 meses em janeiro e manteve-se entre 8,5 e 10 meses ao longo do restante ano, terminando em 9 meses. A maturidade média dos ativos começou o ano em 1,08 anos, aumentou para 1,29 anos em janeiro e manteve-se entre 1,20 e 1,30 anos durante o resto do ano, terminando em 1,22 anos. O aumento da maturidade foi superior ao da *duration* do fundo devido à aquisição de obrigações de taxa variável e de algumas obrigações de taxa fixa com opção de recompra antecipada por parte do emitente um ano antes da maturidade, que, caso não sejam recompradas, passam a obrigações de taxa variável.

Em 2026, a equipa de gestão continuará com uma gestão semelhante à atual, diversificando os ativos e mantendo uma postura prudente, especialmente na aquisição de obrigações com maturidade superior a dois anos, que são as que conferem maior volatilidade ao fundo.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A 10 de abril de 2023, o Fundo Santander Obrigações Curto Prazo modificou a sua Política de Investimento, relativamente à respetiva Categorização SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*). Desde essa data (10 de abril de 2023), o OIC passou a promover características ambientais e/ou sociais, enquadrando-se na classificação do Artigo 8º Regulamento (UE) 2019/2088.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis irá constar nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo a este relatório.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

| Ano | Número de Unidades de Participação | Valor da Unidade de Participação (€) |
|------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 2016 | 17 009 171 | 11,2581 |
| 2017 | 23 278 425 | 11,2814 |
| 2018 | 13 275 857 | 11,1748 |
| 2019 | 9 618 997 | 11,2363 |
| 2020 | 8 367 151 | 11,2547 |
| 2021 | 7 077 896 | 11,2090 |
| 2022 | 8 227 312 | 10,9936 |
| 2023 | 41 500 516 | 11,3425 |
| 2024 | 75 911 537 | 11,7181 |
| 2025 | 117 766 326 | 11,9611 |

Classe C

| Ano | Número de Unidades de Participação | Valor da Unidade de Participação (€) |
|------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 2018 | 4 029 614 | 4,9674 |
| 2019 | 4 452 329 | 5,0056 |
| 2020 | 7 975 277 | 5,0248 |
| 2021 | 7 433 569 | 5,0154 |
| 2022 | 6 369 515 | 4,9298 |
| 2023 | 5 760 774 | 5,1045 |
| 2024 | 7 201 967 | 5,3017 |
| 2025 | 6 580 713 | 5,4400 |

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

| Ano | Rendibilidade | Classe de Risco |
|------|---------------|-----------------|
| 2016 | 0,20% | 1 |
| 2017 | 0,21% | 2 |
| 2018 | -0,95% | 2 |
| 2019 | 0,55% | 2 |
| 2020 | 0,16% | 2 |
| 2021 | -0,41% | 2 |
| 2022 | -1,92% | 2 |
| 2023 | 3,17% | 2 |
| 2024 | 3,32% | 2 |
| 2025 | 2,07% | 2 |

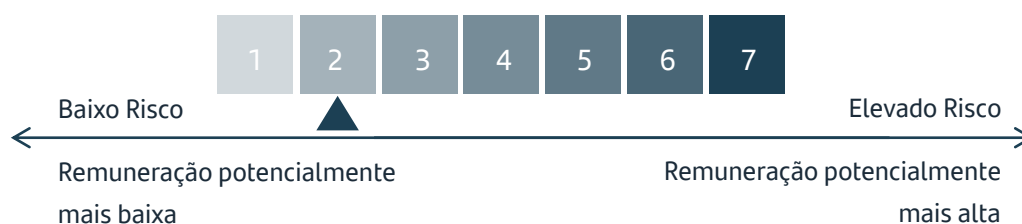
Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

Classe C

| Ano | Rendibilidade | Classe de Risco |
|------|---------------|-----------------|
| 2019 | 0,77% | 2 |
| 2020 | 0,38% | 2 |
| 2021 | -0,19% | 2 |
| 2022 | -1,71% | 2 |
| 2023 | 3,54% | 2 |
| 2024 | 3,87% | 2 |
| 2025 | 2,61% | 2 |

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Nota:

Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) N° 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2 nas classes A e C, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo, nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data;
- Até dia 30 de abril de 2023 a comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe A era de 0,30%, a partir de 1 de maio de 2023 esta passou a ser de 0,5%. A comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe C manteve-se inalterada em 0,09%.
- Até dia 31 de dezembro de 2023 a comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe A era de 0,5%, a partir de 1 de janeiro de 2024 esta passou a ser de 0,6%. A comissão de gestão aplicada às unidades de participação da classe C manteve-se inalterada em 0,09%.

1.6. Custos e Proveitos

| Descritivo | 2025-12-31 | 2024-12-31 | Variação | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Proveitos | | | | |
| Juros e Proveitos Equiparados | 28 390 622 | 18 437 775 | 9 952 847 | 54% |
| Rendimento de Títulos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Ganhos em Operações Financeiras | 33 563 130 | 25 084 990 | 8 478 140 | 34% |
| Reposição e Anulação de Provisões | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais | 2 939 | 1 711 | 1 228 | 72% |
| Total | 61 956 691 | 43 524 475 | 18 432 216 | 42% |
| Custos | | | | |
| Juros e Custos Equiparados | 8 563 716 | 4 338 834 | 4 224 882 | 97% |
| Comissões e Taxas | 7 610 158 | 4 232 224 | 3 377 934 | 80% |
| Comissão de gestão | 6 997 733 | 3 875 731 | 3 122 002 | 81% |
| Comissão de depósito | 421 012 | 235 395 | 185 617 | 79% |
| Outras comissões e taxas | 191 413 | 121 098 | 70 315 | 58% |
| Perdas em Operações Financeiras | 20 997 270 | 12 180 524 | 8 816 746 | 72% |
| Impostos | 755 425 | 508 687 | 246 738 | 49% |
| Provisões para encargos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais | 23 741 | 2 533 | 21 208 | 837% |
| Total | 37 950 310 | 21 262 801 | 16 687 509 | 78% |
| Resultado do Fundo | 24 006 381 | 22 261 674 | 1 744 707 | 8% |

1.7. Demonstração do Património

| Descritivo | 2025-12-31 | 2024-12-31 |
|-----------------------------|----------------------|--------------------|
| Valores mobiliários | 1 372 710 322 | 881 911 978 |
| Saldos bancários | 62 313 641 | 48 274 500 |
| Outros ativos | 10 402 077 | 5 900 439 |
| Total dos ativos | 1 445 426 040 | 936 086 917 |
| Passivo | 1 011 564 | 8 367 339 |
| Valor Líquido do OIC | 1 444 414 476 | 927 719 578 |

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

| Descritivo | 31.12.2025 | | 31.12.2024 | |
|--|----------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | Peso Relativo | Valor | Peso Relativo |
| Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação | 1 383 091 382 | 95,69% | 887 759 549 | 94,84% |
| Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN) | 1 350 002 874 | 93,40% | 851 354 085 | 90,95% |
| <i>Títulos de dívida pública</i> | 452 486 377 | 31,30% | 195 534 646 | 20,89% |
| <i>Outros fundos públicos e equiparados</i> | - | 0,00% | - | 0,00% |
| <i>Obrigações diversas</i> | 897 516 497 | 62,09% | 655 819 439 | 70,06% |
| Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN | 33 088 507 | 2,29% | 36 405 464 | 3,89% |
| <i>Obrigações diversas</i> | - | 0,00% | - | 0,00% |
| <i>Papel comercial</i> | 33 088 507 | 2,29% | 36 405 464 | 3,89% |
| Total do ativo | 1 445 426 040 | 95,69% | 936 086 917 | 94,84% |

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2025, aos seus 25 (vinte e cinco) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 1 306 801 €; e,

2. A título de remunerações variáveis: 478 518 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 321 982 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 97 419 €;
- Restantes colaboradores (22 colaboradores): 1 365 918 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano 2025 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2025 houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2025) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 2 de fevereiro de 2026

2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)

Divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.o, n.os 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.o, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do Produto: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações Curto Prazo

Identificador de entidade jurídica: 549300UTFPX67GZWSL18. ISIN: PTYSAJLM0002; PTYSBHMM0017

Características ambientais e/ou sociais

Por «investimento sustentável», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Não

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental:

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social:

Promoveu características ambientais/ sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 42,07% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimento sustentáveis



Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

O Fundo promoveu características ambientais e sociais avaliando os seus investimentos subjacentes em função de critérios ambientais, sociais e de governação (ASG), utilizando uma metodologia ASG própria e investindo em emitentes que apresentam práticas ASG sólidas e que cumpriram os fatores de exclusão descritos na estratégia de investimento definida nas divulgações pré-contratuais do Fundo.

Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de governance, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde o Fundo investiu durante o período de referência, tendo sido avaliada uma combinação de fatores ASG, que incluíram, mas não se limitaram a:

- Fatores ambientais, mediante a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo do emitente em questões ambientais, tais como a emissão de gases com efeito de estufa, o esgotamento de recursos, poluição e a gestão recursos hídricos. Estes critérios têm sido aplicáveis tanto a emitentes públicos como privados.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

- Fatores sociais, que envolveram desde questões relacionadas com o local de trabalho, normas laborais ou gestão de talentos, até às relações com as comunidades locais, privacidade e segurança de dados e direitos humanos, entre outros. Do lado da dívida pública, foram avaliados critérios específicos como as políticas e as despesas com a educação e a saúde, o emprego, a qualidade social, o compromisso com diferentes convenções relacionadas com os direitos humanos e laborais, entre outros.
- Fatores de governance, incluindo a qualidade da gestão do emitente, a sua cultura e ética, a eficácia dos sistemas de governação para minimizar o risco de má gestão e a sua capacidade para antecipar riscos operacionais e legais que pudessem representar um potencial incumprimento. Incluíram também fatores relacionados com a composição e a estrutura do conselho de administração. Do lado da dívida pública, foram avaliados critérios específicos, tais como a qualidade da regulamentação e da legislação governamentais, o controlo da corrupção, as despesas em I&D, entre outros.

A avaliação destes fatores para cada emitente assentou na materialidade setorial definida pela Sociedade Gestora como parte da sua metodologia ASG. Adicionalmente, os casos controversos foram também avaliados quanto à gravidade do seu impacto na sociedade, no ambiente e no interesse dos stakeholders (grupos de interesses) e, consequentemente, classificados e integrados na metodologia ASG da Sociedade Gestora.

A Sociedade Gestora também promoveu características ambientais e sociais, recorrendo a atividades de engagement, quer individualmente, quer através de iniciativas de engagement colaborativo, para promover as melhores práticas ASG, tal como definido na sua política de engagement.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade do Fundo ao longo do período de referência é abaixo descrito:

- Indicador de exclusões: O Fundo não realizou qualquer investimento em setores não permitidos pela respetiva política de investimento, de acordo com o procedimento interno da Sociedade Gestora. Ou seja, o Fundo não teve exposição a emitentes cuja atividade seja principalmente focada em atividades relacionadas com o armamento controverso, bem como em combustíveis fósseis não convencionais, produção de eletricidade a partir do carvão e extração de carvão. Adicionalmente, no caso das obrigações governamentais, o Fundo não teve qualquer exposição a países com fraco desempenho em termos de direitos políticos e liberdades sociais.
- Indicador de controvérsias: O Fundo teve 0% de exposição a emitentes que estiveram envolvidos em controvérsias consideradas críticas.
- Classificação/rating média mínima ASG do Fundo: A classificação ASG média dos ativos com rating da carteira (incluindo investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora foi de A numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG). Este valor foi calculado como a média de rating ASG dos ativos que compõem a carteira (incluindo investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível) considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.
- Percentagem média de ativos do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi de 97,69% durante o período de referência.

● **...e em relação a períodos anteriores?**

Em comparação com os períodos de referência anteriores, o desempenho dos indicadores de sustentabilidade foi:

- Indicador de exclusões: manteve-se em 0%.
- Indicador de controvérsia: manteve-se em 0%.
- Classificação/Rating ASG média mínima do Fundo: este indicador foi de A- em 2022, A- em 2023, A- em 2024, e A neste período de referência.
- A percentagem média dos ativos subjacentes do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi, pelo menos, de 51% nos períodos de referência reportados.

● **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Os objetivos de investimento sustentável deste Fundo foram atingidos através do investimento em emitentes que contribuíram para, pelo menos, um dos objetivos definidos nas divulgações pré-contratuais do Fundo. Na prática, os subjacentes que foram considerados como investimento sustentável correspondem àqueles emitentes que cumpriram, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Emitentes cujas atividades estão alinhadas com o projeto de descarbonização do Acordo de Paris ou são atualmente net zero. Os emitentes que se qualificaram sob este critério contribuíram para atingir objetivos ambientalmente sustentáveis, como a mitigação das alterações climáticas, ajudando a estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera e/ou a adaptação às alterações climáticas, investindo em soluções de adaptação que reduzem substancialmente ou evitam o risco de efeitos climáticos adversos.
- Emitentes cujas práticas têm, pelo menos, 20% das suas receitas alinhadas com os objetivos de mitigação e/ou adaptação da Taxonomia da UE. À data do presente relatório, considerou-se que os emitentes que cumprem este critério contribuíram para os objetivos ambientais de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, tal como acima descrito.
- Emitentes que geram, pelo menos, 20% das suas receitas de produtos e/ou serviços que geraram um impacto ambiental mensurável (ou seja, emitentes que desenvolvem práticas agrícolas sustentáveis, tecnologias de prevenção da poluição ou energia alternativa, de entre outras). Os emitentes que se qualificaram segundo este critério contribuíram para alcançar objetivos ambientalmente sustentáveis, tais como a prevenção e o controlo da poluição, a proteção e a recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos hídricos e marinhos.
- Emitentes que geram, pelo menos, 20% das suas receitas de produtos e/ou serviços que geraram um impacto social mensurável (ou seja, emitentes que desenvolvem soluções de educação, melhoria da conectividade ou soluções de tratamento de doenças, de entre outras). Os emitentes que se enquadram neste critério contribuíram para alcançar objetivos sociais sustentáveis, tais como padrões de vida adequados e bem-estar dos consumidores, colaborando na criação de produtos e serviços que satisfazem as necessidades humanas.
- Emitentes cujas práticas empresariais demonstraram a intenção de contribuir para os objetivos ambientais e/ou sociais sustentáveis do Fundo, através do seu desempenho líder em sustentabilidade tendo em conta a classificação ASG da Sociedade Gestora.

Os investimentos efetuados pelo Fundo em obrigações verdes, obrigações sociais e obrigações sustentáveis foram também considerados como contribuidores para alcançar os objetivos de sustentabilidade ambiental ou social do Fundo, através do financiamento de projetos verdes, sociais ou sustentáveis, de acordo com os padrões de referência, tais como os desenvolvidos pelo organismo International Capital Market Association (ICMA).

Quando o Fundo investiu em outros Organismos de Investimento Coletivo, a Sociedade Gestora utilizou os dados e métodos de investimento sustentável divulgados pela Sociedade Gestora dos OIC investidos.

● ***Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável do ponto de vista ambiental ou social?***

Para assegurar que a contribuição positiva para um objetivo de investimento sustentável social e/ou ambiental não tenha prejudicado significativamente outros objetivos durante o período de referência, a Sociedade Gestora aplicou as seguintes salvaguardas, assentes na metodologia interna desenvolvida, com o propósito de verificar que existe uma intenção de não causar esses danos significativos. Estas salvaguardas são:

- Consideração dos indicadores obrigatórios de impactos adversos em matéria de sustentabilidade (PIAS) enumerados no anexo I do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288/97, que complementa o Regulamento (UE) 2019/2088, tal como descrito na pergunta seguinte.
- Atividade em sectores controversos: são analisados e excluídos os emitentes com exposições significativas a atividades controversas em sectores como os combustíveis fósseis, armas controversas, tabaco, entre outros, bem como investimentos expostos a controvérsias graves.
- Desempenho sustentável neutro: foi exigida uma classificação/rating ASG mínima (B) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG) para garantir que as práticas de sustentabilidade de cada emitente cumprem os requisitos mínimos ASG.

Se um investimento direto do Fundo não tiver cumprido algumas destas salvaguardas, a Sociedade Gestora considerou que não é possível garantir que não exista um dano significativo e não foi considerado um investimento sustentável.

Nos casos em que o Fundo investiu em Organismos de Investimento Coletivo de terceiros, a Sociedade Gestora utilizou a metodologia de não causar dano significativo divulgada pelas Sociedades Gestoras terceiros.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Por **principais impactos negativos**, devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito pelos direitos humanos e da luta contra corrupção e o suborno.

A Sociedade Gestora teve em consideração os indicadores obrigatórios dos principais impactos adversos na análise do princípio de não prejudicar significativamente (DNSH).

Para o efeito, a Sociedade Gestora definiu limites de relevância com base em critérios técnicos quantitativos e qualitativos. Os limites foram:

- Limites absolutos: os emitentes com uma exposição significativa a combustíveis fósseis, atividades que afetam áreas sensíveis na biodiversidade, que violam os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, que não dispõem de processos e mecanismos de controlo do cumprimento dessas normas internacionais e/ou que estão expostos a armas controversas são considerados não conformes com o princípio DNSH.
- Limites a nível da indústria: os emitentes que se encontram dentro do limite de pior desempenho do seu setor em termos de emissões de gases com efeito de estufa, água, resíduos e/ou questões sociais e relativas aos trabalhadores foram considerados não conformes com o princípio DNSH.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O respeito pelos direitos humanos faz parte integrante dos valores da Sociedade Gestora e um padrão mínimo para a realização das suas atividades de forma legítima.

Neste sentido, a atuação da Sociedade Gestora baseia-se nos princípios que resultam das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e nos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, de entre outros. Este compromisso reflete-se tanto nas políticas corporativas do Grupo Santander, como nas políticas próprias da Sociedade Gestora e faz parte do procedimento interno de integração do risco de sustentabilidade.

A Sociedade Gestora tem monitorizado periodicamente se os investimentos diretos (cash) incumprem algumas destas orientações internacionais e, em caso de incumprimento é avaliado e gerido de acordo com a relevância do mesmo, o que pode implicar, por exemplo, de entre outras, medidas de engagement.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

No momento da tomada de decisões de investimento o Fundo teve em consideração os principais impactos adversos nos fatores de sustentabilidade. Para o efeito, a Sociedade Gestora monitorizou os indicadores do quadro 1 e dois dos indicadores opcionais dos quadros 2 e 3 do Anexo I das RTS, para avaliar os efeitos negativos que os investimentos efetuados por este Fundo possam causar.

Durante o período de referência, a Sociedade Gestora identificou estes impactos a dois níveis:

- Com base no desempenho relativo de cada emitente para identificar as empresas com o pior desempenho em cada indicador PIAS. Neste sentido, os emitentes com pior desempenho em comparação com o seu setor para todos os indicadores PIAS obrigatórios foram avaliados pela Equipa de ISR de acordo com a relevância do impacto e a recorrência ao longo do tempo, podendo ter implicado, por exemplo, ações de engagement.
- Com base na comparação do desempenho dos indicadores PIAS dos Fundos com os de um índice de referência (benchmark) em termos ASG. Quando o desempenho do Fundo foi pior do que o índice de referência, a Sociedade Gestora analisou a gravidade do impacto, a sua recorrência ao longo do tempo, a probabilidade de sucesso através de ações de engagement, a exposição da carteira e a tipologia do indicador de PIAS para implementar ações de mitigação. Durante o período de referência, estas ações de mitigação foram priorizadas para os indicadores relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa e /ou violações do Pacto Global das Nações Unidas. Adicionalmente, a Sociedade Gestora também atenuou esses impactos, ajustando as posições que

mais contribuíam para o indicador PIAS com pior desempenho face ao seu índice de referência ASG, limitando o aumento da posição ou, em última análise, desinvestindo.

Os dados necessários para o cálculo dos indicadores de PIAS foram proporcionados por fornecedores de dados externos. Foram realizadas análises periódicas, com a colaboração com emitentes e fornecedores de dados ASG, da cobertura e qualidade dos mesmos, para ultrapassar as limitações na disponibilidade e qualidade dos dados indicadores.

A 31 de dezembro de 2025, o desempenho dos indicadores PIAS para este Fundo é o seguinte:

| Indicadores | Métrica | Cobertura |
|--|---|------------------|
| 1 - Total das emissões de GEE | 450234,9 toneladas de CO2eq | 95,97% |
| 2 - Pegada de carbono | 309,2 toneladas de CO2eq / milhão de EUR investido | 95,97% |
| 3 - Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento | 1017,5 toneladas de CO2eq / milhão de EUR de entradas | 95,97% |
| 4 - Exposição a empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis | 2,8% | 96,52% |
| 5,1 - Quota-parte do consumo de energias não renováveis | 26,4% | 90,71% |
| 5,2 - Quota-parte da produção de energias não renováveis | 0,4% | 2,58% |
| 6 - Intensidade do consumo de energia por sector de elevado impacto climático | 0,1 GWh / milhão de EUR de entradas | 17,42% |
| 7 - Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista de biodiversidade | 2,0% | 80,10% |
| 8 - Emissões para o meio aquático | 0,0 toneladas / milhão de EUR investido | 57,40% |
| 9 - Ratio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos | 0,4 toneladas / milhão de EUR investido | 99,21% |
| 10 - Violações dos dos Princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas e das Diretrizes da OCDE | 0,0% | 99,30% |
| 11. Ausência de processos e mecanismos de controlo do cumprimento da conformidade com os princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas e das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais | 0,8% | 95,97% |
| 12 - Disparidades salariais, não ajustadas, entre homens e mulheres | 10,0% | 78,75% |
| 13 - Diversidade de género dos órgãos de Administração | 27,1% | 99,67% |
| 14 - Exposição a armas controversas | 0,0% | 99,27% |
| 15 - Intensidade de GEE (organizações soberanas supranacionais) | 95,8 toneladas de CO2eq / milhão de EUR de PIB | 36,91% |
| 16,1 - Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social (Relativo) | 0,0% | 36,91% |
| 16,2 - Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social (Absoluto) | 0,0 | 36,91% |
| O4 - Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono | 59,8% | 99,67% |

| Indicadores | Métrica | Cobertura |
|---|---------|-----------|
| O14 - Número de casos detetados de problemas e incidentes graves em matéria de direitos humanos | 0,0 | 80,10% |



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Os principais investimentos do Fundo durante o período de referência são:

| Maiores Investimentos | Sector | % de ativos | País |
|-----------------------------|---------------|-------------|----------|
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 5,93% | Espanha |
| ITALY (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 5,59% | Itália |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 4,48% | Espanha |
| ITALY (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 4,42% | Itália |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 4,14% | Espanha |
| ITALY (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 3,61% | Itália |
| FRANCE (REPUBLIC OF) | Governamental | 3,57% | França |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 3,52% | Espanha |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 3,46% | Espanha |
| ITALY (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 2,59% | Itália |
| ITALY (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 2,37% | Itália |
| PORTUGAL (REPUBLIC OF) RegS | Governamental | 2,20% | Portugal |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 2,03% | Espanha |
| FRANCE (REPUBLIC OF) | Governamental | 1,99% | França |
| SPAIN (KINGDOM OF) | Governamental | 1,95% | Espanha |



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade é de, pelo menos, 51% da carteira de ativos do Fundo, de acordo com os critérios ASG definidos nas divulgações pré-contratuais deste Fundo.

Qual foi a alocação dos ativos?

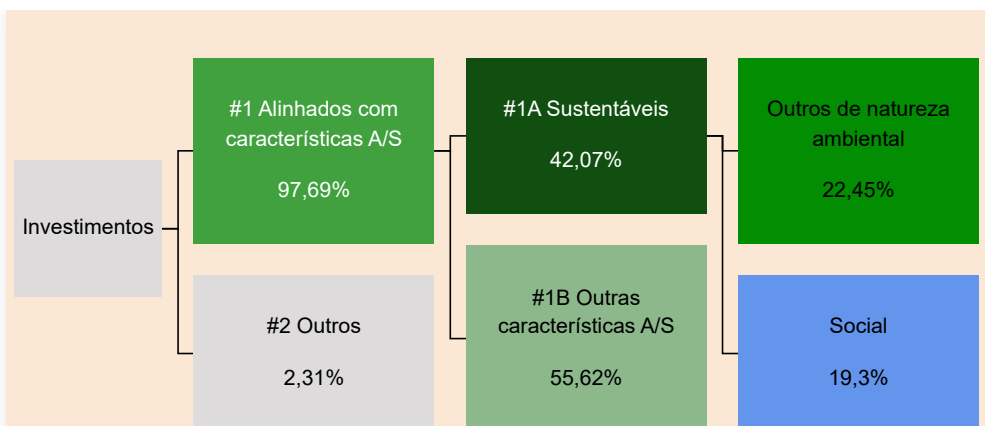
O Fundo cumpriu com a alocação de ativos prevista nas informações pré-contratuais durante o período de referência. Nomeadamente:

- O Fundo cumpriu o mínimo de 51% dos seus ativos investidos em investimentos diretos e em Organismos de Investimento Coletivo que promovem características ambientais e sociais, cumprindo a estratégia de investimento ASG acima descrita. Ao longo do período de referência, esta percentagem foi de 97,69%, calculada com base na percentagem média de ativos que promoveram as características do Fundo considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.
- O Fundo cumpriu o compromisso mínimo de 1% em investimentos sustentáveis. Durante o período de referência, a percentagem média de investimentos sustentáveis deste Fundo foi de 42,07%, repartida da seguinte forma:
 - 22,45% correspondente a investimentos ambientais não-alinhados com a Taxonomia.
 - 19,3% correspondente a investimentos socialmente sustentáveis.

As percentagens acima referidas foram calculadas com base na percentagem média de investimentos sustentáveis do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência.

A lista inclui os investimentos constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 1/01/2025 - 31/12/2025

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com as características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com as características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com as características A/S** engloba:

— A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou social.

—A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com as características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os setores económicos em que foram efetuados investimentos durante o período em análise são:

| Setores | % de ativos |
|---|-------------|
| Serviços Bancários e de Investimento | 47,3% |
| Governamental | 26,7% |
| Alimentos e Bebidas | 4,3% |
| Serviços de Telecomunicações | 3,2% |
| Serviços Públicos | 2,9% |
| Outros | 2,1% |
| Bens Industriais | 1,9% |
| Transporte | 1,5% |
| Automóveis e Autopeças | 1,4% |
| Produtos e Serviços Pessoais e Domésticos | 1,4% |
| Energia - Combustíveis Fósseis | 1,1% |
| Imobiliário | 1,1% |
| Farmacêuticas e Pesquisa Médica | 1,0% |
| Serviços e Equipamentos de Saúde | 1,0% |
| Serviços Industriais e Comerciais | 0,8% |
| Software e Serviços de TI | 0,6% |
| Conglomerados de Bens de Consumo | 0,5% |
| Recursos Minerais | 0,4% |
| Produtos de Consumo Cíclico | 0,3% |
| Empresas de Investimento Holding | 0,2% |
| Químicos | 0,2% |
| Recursos Aplicados | 0,2% |



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios aplicáveis ao **gas fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão dos resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

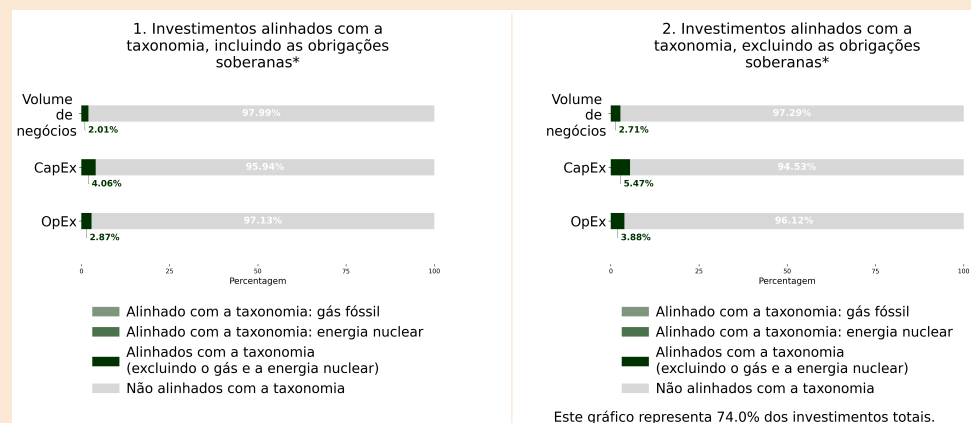
O Fundo não tem estabelecida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE (gás fóssil, energia nuclear, ambiente, ...) nem tem um objetivo de investimento em conformidade com a Taxonomia da UE. Uma vez que não existe um compromisso de alinhamento mínimo, os dados não são auditados e são apresentados a título informativo.

Os gráficos seguintes relevam o alinhamento do Fundo com a Taxonomia da UE durante o período de referência. Os dados são apresentados a título informativo, uma vez que não refletem o cumprimento de qualquer objetivo ou compromisso mínimo de investimento.

- **O produto financeiro investe em atividades relacionadas com gás fóssil e/ou energia nuclear que cumprem com a taxonomia da UE¹?**

- Sim
 Gas fóssil Energia nuclear
 Não

Os gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia no que respeita a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*Para efeitos destes gráficos, por «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

- **Qual foi a percentagem dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

A percentagem dos investimentos efetuados nas atividades de transição foi de 0,77% do volume de negócio, de 1,66% do CapEx e de 2,06% do OpEx e em atividades capacitantes foi de 0,09% do volume de negócio, 0,22% do CapEx e 0,04% do OpEx dos ativos totais do Fundo durante o período de referência.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores.**

O Fundo não tem definida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE. No entanto, a percentagem de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE, em comparação com o período de referência passou de 2,18% em 2023, e 3,76% em 2024 para 2,01% em 2025.

¹As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE - ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas com a taxonomia são expressas em



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (UE) 2020/852.

ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista à transição para uma economia verde.

- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

A percentagem dos investimentos sustentáveis do Fundo com um objetivo ambiental não-alinhado com a taxonomia da UE foi de 22,45% durante o período de referência.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

A percentagem dos investimentos sustentáveis do Fundo com um objetivo social foi de 19,3% durante o período de referência.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

O Fundo teve uma proporção de 2,31% dos seus ativos durante o período de referência em investimentos que não estão alinhados com as características ambientais e sociais promovidas pelo Fundo. Esta percentagem foi calculada com base na percentagem média do Fundo tendo em conta os investimentos subjacentes no último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

Estes investimentos não alteram a prossecução das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e destinam-se a contribuir para uma gestão eficiente da carteira, gerar liquidez e objetivos de cobertura.

A Sociedade Gestora estabeleceu salvaguardas ambientais ou sociais mínimas para não causar um dano significativo, tais como a consideração dos principais impactos adversos ou a exclusão de atividades não-alinhadas com as características ambientais e/ou sociais do Fundo. Os ativos que podem ser considerados são os seguintes:

- Ativos de investimento direto sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser considerados investimentos sustentáveis. Estes ativos cumprem os critérios de exclusão do Fundo, garantindo assim garantias mínimas.
- Os investimentos em OIC sem classificação/rating ASG por falta de dados e que não podem ser classificados como produtos Artigos 8º ou 9º do Regulamento (UE) 2019/2088. São aplicadas salvaguardas mínimas no âmbito dos procedimentos de seleção dos OIC, desde que estejam em conformidade com os procedimentos internos da Sociedade Gestora.
- Outros Ativos diferentes dos acima indicados (ex: ETC) permitidos pela política do Fundo e aos quais se apliquem salvaguardas mínimas.
- Liquidez no depositário e outras contas correntes utilizadas para as transações diárias do Fundo (ou seja: garantias de derivados, etc.).

Adicionalmente, os procedimentos descritos para a promoção das características ASG não se aplicam aos investimentos em instrumentos financeiros derivados.

Neste caso, a Sociedade Gestora estabeleceu procedimentos para verificar se esses instrumentos não alteram a concretização das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e esses instrumentos podem ser utilizados para efeitos de cobertura e gestão eficiente da carteira do Fundo de Investimento como elemento de diversificação e gestão.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ ou sociais durante o período de referência?

Durante o período de referência, foram tomadas as seguintes medidas para cumprir com as características ambientais e sociais do Fundo:

- A Sociedade Gestora verificou periodicamente se o Fundo cumpre as seguintes exclusões:
 - Foram excluídos os emitentes com exposição (medida em termos de volume de negócios) relacionada com armas controversas e/ou com exposição significativa a combustíveis fósseis não convencionais e/ou atividades de produção de energia a partir de carvão e/ou da extração de carvão.
 - Os emitentes em que foram identificadas controvérsias críticas a nível ambiental, social ou de governação foram excluídos do universo de investimento.
- As emissões de dívida pública foram avaliadas por forma a excluir as que apresentavam um fraco desempenho em matéria de direitos políticos e liberdade social. Para o efeito, a Sociedade Gestora baseou a sua análise num dos dois indicadores seguintes

- Democracy Index: Indicador que determina a extensão da democracia de 167 países com base em indicadores como processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Numa escala de 1 a 10 pontos, foram excluídos os países que estão abaixo de 6 pontos e que correspondentes a regimes híbridos e autoritários.
- Relatório Freedom in the World: Indicador que mede o nível de democracia e liberdade política em todos os países e nos territórios mais importantes do mundo numa escala de 3 níveis ("Não livre", "Parcialmente livre" e livre"), foram excluídos os países classificados como "Não livres".
- A Sociedade Gestora monitorizou periodicamente se o critério de classificação (rating) média mínima ASG dos emitentes dos ativos da carteira (incluindo investimentos diretos ou em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível) tem sido pelo menos A-, de acordo com a metodologia da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG).

Para além disso, a Sociedade Gestora também considerou que os seguintes casos também cumpriam as características ambientais e sociais do Fundo, tendo sido considerados como tal:

- Emitentes sem classificação/rating ASG ou que não cumpriam os indicadores ASG definidos na estratégia de investimento, mas que tinham investimentos que pudessem ser considerados investimentos sustentáveis, e, em concreto, emissões que foram qualificadas como obrigações verdes, sociais ou sustentáveis, poderiam fazer parte do universo de ativos que promovem as características ASG do Fundo, após validação prévia da Sociedade Gestora, de acordo com a sua metodologia de análise própria.
- OIC que embora não tenham classificação/rating ASG atribuída pela Sociedade Gestora, são OIC que promovem características ASG [OIC considerados Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088] e/ou que tenham como objetivo investimentos sustentáveis (Artigo 9º do Regulamento (UE) 2019/2088)].

Os critérios ASG acima referidos, juntamente com o cumprimento dos compromissos mínimos do Fundo, foram integrados no processo de investimento e monitorizados regularmente pela equipa de Compliance da Sociedade Gestora e, em caso de incumprimento, foram tomadas as medidas corretivas necessárias (por exemplo, relatório para a equipa de gestão, comunicação com a equipa de ISR, envio ao comité competente, de entre outras).

Adicionalmente, o desempenho ASG dos emitentes foi sujeito a um acompanhamento sistemático e contínuo pela equipa de ISR da Sociedade Gestora, incluindo o acompanhamento contínuo de potenciais discrepâncias, identificadas pelos gestores de carteiras, entre o conhecimento do emitente e os dados considerados no modelo disponibilizado pelos fornecedores.

Por último, a Sociedade Gestora levou a cabo atividades de engagement para emitentes privados e atividades de voto nos casos em que o tipo de ativo o permite (ações). Estas atividades foram alinhadas com as características sociais e ambientais do Fundo e com as Políticas de Engagement e de Voto aplicáveis da Sociedade Gestora, disponíveis em:

<https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Nenhum índice específico foi utilizado como índice de referência (benchmark) para determinar se este produto financeiro está alinhado com as características sociais e ambientais que promove.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice de referência?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice geral de mercado?***

Não aplicável.

Os índices de referência são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.

3. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo** (ou OIC), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1 445 426 040 euros e um total de capital do OIC de 1 444 414 476 euros, incluindo um resultado líquido de 24 006 381 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo**, em 31 de dezembro de 2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do

relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

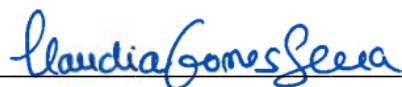
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do Fundo.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 6 de fevereiro de 2026



Cláudia Gomes Sena,
(ROC n.º 1691, inscrito na CMVM sob o n.º 20161301)
em representação de BDO & Associados - SROC

4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(valores em Euros)

BALANÇOData: **2025-12-31**

| ACTIVO | | | | | | CAPITAL E PASSIVO | | | | |
|--------------|--|----------------------|------------------|--------------------|----------------------|-------------------|--|----------------------|--------------------|------------|
| Código | | 2025-12-31 | | | 2024-12-31 | | Código | | 2025-12-31 | 2024-12-31 |
| | | Bruto | Mv | mv/P | Líquido | Líquido | | | | |
| | Outros Activos | | | | | | | | | |
| 32 | Activos Fixos Tangíveis das SIM | | | | | 61 | Unidades de Participação | 620 310 222 | 414 648 991 | |
| 33 | Activos Fixos Intangíveis das SIM | | | | | 62 | Variações Patrimoniais | 558 107 156 | 271 079 871 | |
| | <i>Total Outros Activos das SIM</i> | | | | | 64 | Resultados Transitados | 241 990 717 | 219 729 043 | |
| | | | | | | 65 | Resultados Distribuídos | | | |
| | Carteira de Títulos | | | | | 67 | Dividendos antecipados das SIM | | | |
| 21 | Obrigações | 1 334 369 876 | 7 047 678 | (1 795 738) | 1 339 621 816 | 66 | Resultado Líquido do Período | 24 006 381 | 22 261 674 | |
| 22 | Ações | | | | | | <i>Total do Capital do OIC</i> | <u>1 444 414 476</u> | <u>927 719 578</u> | |
| 23 | Outros Títulos de Capital | | | | | | Provisões Acumuladas | | | |
| 24 | Unidades de Participação | | | | | 481 | Provisões para Encargos | | | |
| 25 | Direitos | | | | | | <i>Total de Provisões Acumuladas</i> | | | |
| 26 | Outros Instrumentos da Dívida | 32 846 987 | 241 519 | | 33 088 506 | | | | | |
| | <i>Total da Carteira de Títulos</i> | <u>1 367 216 863</u> | <u>7 289 197</u> | <u>(1 795 738)</u> | <u>1 372 710 322</u> | | Terceiros | | | |
| | | | | | | 421 | Resgates a Pagar aos Participantes | | | |
| | Outros Activos | | | | | 422 | Rendimentos a Pagar aos Participantes | | | |
| 31 | Outros activos | | | | | 423 | Comissões a Pagar | 815 048 | 537 488 | |
| | <i>Total de Outros Activos</i> | | | | | 424+...+429 | Outras contas de Credores | 178 264 | 7 824 369 | |
| | | | | | | 43+12 | Empréstimos Obtidos | | | |
| 411+...+ 418 | Terceiros | | | | | 44 | Pessoal | | | |
| 424 | Contas de Devedores | | | | | 46 | Accionistas | | | |
| | Estado e Outros Entes Públicos | 413 | | | 413 | | <i>Total de Valores a Pagar</i> | <u>993 312</u> | <u>8 361 858</u> | |
| | <i>Total de Valores a Receber</i> | <u>413</u> | | | <u>413</u> | | Acréscimos e diferimentos | | | |
| | | | | | | 55 | Acréscimos de Custos | 18 252 | 5 481 | |
| | Disponibilidades | | | | | 56 | Receitas com Provento Diferido | | | |
| 11 | Caixa | | | | | 58 | Outros Acréscimos e Diferimentos | | | |
| 12 | Depósitos à Ordem | 62 313 641 | | | 62 313 641 | 59 | Contas transitórias passivas | | | |
| 13 | Depósitos a Prazo e com Pré-aviso | | | | | | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i> | <u>18 252</u> | <u>5 481</u> | |
| 14 | Certificados de Depósito | | | | | | | | | |
| 18 | Outros Meios Monetários | | | | | | TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO | <u>1 445 426 040</u> | <u>936 086 917</u> | |
| | <i>Total das Disponibilidades</i> | <u>62 313 641</u> | | | <u>62 313 641</u> | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | Acréscimos e diferimentos | | | | | | | | | |
| 51 | Acréscimos de Proveitos | 10 401 664 | | | 10 401 664 | | | | | |
| 52 | Despesas com Custo Diferido | | | | | | | | | |
| 58 | Outros acréscimos e diferimentos | | | | | | | | | |
| 59 | Contas transitórias activas | | | | | | | | | |
| | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i> | <u>10 401 664</u> | | | <u>10 401 664</u> | | | | | |
| | TOTAL DO ACTIVO | <u>1 439 932 581</u> | <u>7 289 197</u> | <u>(1 795 738)</u> | <u>1 445 426 040</u> | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A | | | | <u>117 766 326</u> | | Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A | <u>11,9611</u> | <u>11,7181</u> | |
| | Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe C | | | | <u>6 580 713</u> | | Valor Unitário da Unidade Participação-Classe C | <u>5,4400</u> | <u>5,3017</u> | |

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2025-12-31

| DIREITOS SOBRE TERCEIROS | | | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | | | |
|--------------------------|--|------------|------------|-------------------------------------|--|------------|------------|
| Código | | 2025-12-31 | 2024-12-31 | Código | | 2025-12-31 | 2024-12-31 |
| | Operações Cambiais | | | | Operações Cambiais | | |
| 911 | À vista | | | 911 | À vista | | |
| 912 | A prazo (forwards cambiais) | | | 912 | A prazo (forwards cambiais) | | |
| 913 | Swaps cambiais | | | 913 | Swaps cambiais | | |
| 914 | Opções | | | 914 | Opções | | |
| 915 | Futuros | | | 915 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Operações Sobre Taxas de Juro | | | | Operações Sobre Taxas de Juro | | |
| 921 | Contratos a prazo (FRA) | | | 921 | Contratos a prazo (FRA) | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | 922 | Swap de taxa de juro | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| 924 | Opções | | | 924 | Opções | | |
| 925 | Futuros | | | 925 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Operações Sobre Cotações | | | | Operações Sobre Cotações | | |
| 934 | Opções | | | 934 | Opções | | |
| 935 | Futuros | | | 935 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Compromissos de Terceiros | | | | Compromissos Com Terceiros | | |
| 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | | 941 | Subscrição de títulos | | |
| 944 | Valores recebidos em garantia | | | 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | |
| 945 | Empréstimos de títulos | | | 943 | Valores cedidos em garantia | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | <i>TOTAL DOS DIREITOS</i> | | | | <i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i> | | |
| 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | | 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | |

5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOSData: **2025-12-31**

| CUSTOS E PERDAS | | | | PROVEITOS E GANHOS | | | |
|------------------------|---|--------------------------|--------------------------|---------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| Código | | 2025-12-31 | 2024-12-31 | Código | | 2025-12-31 | 2024-12-31 |
| | Custos e Perdas Correntes | | | | Proveitos e Ganhos Correntes | | |
| | Juros e Custos Equiparados | | | | Juros e Proveitos Equiparados | | |
| 711+...+718 | De Operações Correntes | 8 563 716 | 4 338 834 | 812+813 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | 27 896 906 | 17 790 267 |
| 719 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 811+814+817+818 | De Operações Correntes | 493 716 | 647 508 |
| | Comissões e Taxas | | | 819 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| 722+723 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | 19 091 | 6 733 | | Rendimentos de Títulos e Outros Activos | | |
| 724+...+728 | Outras, de Operações Correntes | 7 591 067 | 4 225 491 | 822+...+824+825 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | | |
| 729 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 829 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Perdas em Operações Financeiras | | | | Ganhos em Operações Financeiras | | |
| 732+733 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 20 997 270 | 12 180 524 | 832+833 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 33 563 130 | 25 084 990 |
| 731+738 | Outras, em Operações Correntes | | | 831+838 | Outras, em Operações Correntes | | |
| 739 | Em Operações Extrapatrimoniais | | | 839 | Em Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Impostos | | | | Reposição e Anulação de Provisões | | |
| 7411+7421 | Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais | | | 851 | Provisões para Encargos | | |
| 7412+7422 | Impostos Indirectos | 755 425 | 508 687 | 87 | Outros Proveitos e Ganhos Correntes | 2 939 | 1 656 |
| 7418+7428 | Outros impostos | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i> | <u>61 956 691</u> | <u>43 524 420</u> |
| | Provisões do Exercício | | | | | | |
| 751 | Provisões para Encargos | | | 89 | Outros Proveitos e Ganhos das SIM | | |
| 77 | Outros Custos e Perdas Correntes | 23 739 | 2 533 | | <i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i> | | |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i> | <u>37 950 308</u> | <u>21 262 801</u> | | | | |
| 79 | Outros Custos e Perdas das SIM | | | | Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| | <i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i> | | | | | | |
| | Custos e Perdas Eventuais | | | 881 | Recuperação de Incobráveis | | |
| 781 | Valores Incobráveis | | | 882 | Ganhos Extraordinários | | |
| 782 | Perdas Extraordinárias | 2 | | 883 | Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores | | |
| 783 | Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores | | | 888 | Outros Proveitos e Ganhos Eventuais | | 55 |
| 788 | Outras Custos e Perdas Eventuais | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i> | | <u>55</u> |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i> | <u>2</u> | | | | | |
| 63 | Impostos Sobre o Rendimento do Exercício | | | | | | |
| 66 | Resultado Líquido do Período | <u>24 006 381</u> | <u>22 261 674</u> | 66 | Resultado Líquido do Período | | |
| | TOTAL | <u>61 956 691</u> | <u>43 524 475</u> | | TOTAL | <u>61 956 691</u> | <u>43 524 475</u> |
| (8x2/3/4/5)-(7x2/3) | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos | 40 443 675 | 30 687 999 | F-E | Resultados Eventuais [(F)-(E)] | (2) | 55 |
| 8x9-7x9 | Resultados das Operações Extrapatrimoniais | | | B+D+F-A-C-E+74 | Resultados Antes de Impostos | 24 761 806 | 22 770 360 |
| B-A | Resultados Correntes [(B)-(A)] | 24 006 383 | 22 261 619 | B+D+F-A-C-E | Resultado Líquido do Período | 24 006 381 | 22 261 674 |

6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 31-12-2025 | 31-12-2024 |
|---|------------------------|------------------------|
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | | |
| RECEBIMENTOS: | 952 586 694 | 644 110 274 |
| Subscrições de unidades de participação | 952 586 694 | 644 110 274 |
| Comissão de Subscrição | | |
| Comissão de Resgate | | |
| Out.Receb.s/Unid.OIC | | |
| PAGAMENTOS: | (459 898 179) | (238 777 881) |
| Resgates de unidades de participação | (459 898 179) | (238 777 881) |
| Rendimentos pagos aos participantes | | |
| Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC | 492 688 515 | 405 332 393 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS | | |
| RECEBIMENTOS: | 1 794 893 759 | 917 476 674 |
| Venda de títulos e outros ativos da carteira | 1 192 772 342 | 417 179 177 |
| Reembolso de títulos e outros ativos da carteira | 578 758 000 | 490 208 893 |
| Resgates de unidades de participação noutros OIC | | |
| Rendimento de títulos e outros ativos da carteira | | |
| Juros e proveitos similares recebidos | 23 363 417 | 10 088 604 |
| Outros recebimentos relacionados com a carteira | | |
| PAGAMENTOS: | (2 266 070 284) | (1 284 213 345) |
| Compra de títulos e outros ativos da carteira | (2 257 477 707) | (1 279 861 993) |
| Subscrição de unidades de participação noutros OIC | | |
| Subscrição de títulos e outros ativos | | |
| Juros e custos similares pagos | (8 563 716) | (4 338 834) |
| Comissões de Bolsa suportadas | | |
| Comissões de corretagem | (104) | |
| Outras taxas e comissões | (28 757) | (12 518) |
| Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos | (471 176 525) | (366 736 670) |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | | |
| RECEBIMENTOS: | | |
| Operações cambiais | | |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre cotações | | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | | |
| PAGAMENTOS: | | |
| Operações cambiais | | |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre cotações | | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | | |
| Comissões em contratos de futuros | | |
| Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas | | |
| OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE | | |
| RECEBIMENTOS: | 528 507 | 640 195 |
| Juros de depósitos bancários | 525 567 | 638 539 |
| Outros recebimentos correntes | 2 939 | 1 656 |
| PAGAMENTOS: | (8 001 152) | (4 384 829) |
| Juros Disp./Emprst. | | |
| Comissão de gestão | (6 877 449) | (3 763 839) |
| Comissão de depósito | (421 233) | (232 311) |
| Compras com acordo de revenda | | |
| Impostos e taxas | (687 727) | (385 093) |
| Outros pagamentos correntes | (14 743) | (3 586) |
| Fluxo das Operações de Gestão Corrente | (7 472 645) | (3 744 634) |
| OPERAÇÕES EVENTUAIS | | |
| RECEBIMENTOS: | | 55 |
| Outros recebimentos de operações eventuais | | 55 |
| PAGAMENTOS: | (204) | |
| Outros pagamentos de operações eventuais | (204) | |
| Fluxo das Operações Eventuais | (204) | 55 |
| Saldo dos Fluxos de Caixa do Período: | 14 039 141 | 34 851 144 |
| Disponibilidades no Início do Período: | 48 274 500 | 13 423 357 |
| Disponibilidades no Fim do Período: | 62 313 641 | 48 274 500 |

7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte detalhe:

| Descrição | 31-12-2024 | Subscrições | | Resgates | | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | 31-12-2025 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------------|--------------|-------------------------|----------------------|
| | | Categoria A | Categoria C | Categoria A | Categoria C | | | | |
| Valor base | 414 648 991 | 392 572 761 | 18 070 558 | (183 805 257) | (21 176 830) | - | - | - | 620 310 222 |
| Diferença p/Valor Base | 271 079 871 | 540 669 219 | 1 274 075 | (253 381 068) | (1 534 940) | - | - | - | 558 107 156 |
| Resultados distribuídos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultados acumulados | 219 729 043 | - | - | - | - | - | 22 261 674 | - | 241 990 717 |
| Resultados do período | 22 261 674 | - | - | - | - | - | (22 261 674) | 24 006 381 | 24 006 381 |
| Total | 927 719 578 | 933 241 980 | 19 344 633 | (437 186 325) | (22 711 770) | - | - | 24 006 381 | 1 444 414 476 |
| Nº de Unidades participação | | | | | | | | | |
| Categoria A | 75 911 537 | 78 705 018 | - | (36 850 229) | - | - | - | - | 117 766 326 |
| Categoria C | 7 201 967 | - | 3 614 112 | - | (4 235 366) | - | - | - | 6 580 713 |
| Valor Unidades participação | | | | | | | | | |
| Categoria A | 11,7181 | 11,8575 | - | 11,8639 | - | - | - | - | 11,9611 |
| Categoria C | 5,3017 | - | 5,3525 | - | 5,3624 | - | - | - | 5,4400 |

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

| Escalões | Número de participantes | |
|------------------|-------------------------|-------------|
| | Categoria A | Categoria C |
| Ups >= 25% | - | 1 |
| 10% <= Ups < 25% | - | 1 |
| 5% <= Ups < 10% | - | 1 |
| 2% <= Ups < 5% | - | 3 |
| 0.5% <= Ups < 2% | 4 | 13 |
| Ups < 0.5% | 41 022 | 89 |
| TOTAL | 41 026 | 108 |

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

| Ano | Data | Categoria A | | | Categoria C | | | Total | |
|------|-----------|---------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|---------------|---------------------|
| | | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação | VLGF | Nº UP em circulação |
| 2025 | 31/dez/25 | 1 408 615 706 | 11,9611 | 117 766 326 | 35 798 770 | 5,4400 | 6 580 713 | 1 444 414 476 | 124 347 039 |
| | 30/set/25 | 1 310 210 746 | 11,9161 | 109 952 776 | 37 495 920 | 5,4125 | 6 927 659 | 1 347 706 665 | 116 880 434 |
| | 30/jun/25 | 1 166 874 351 | 11,8681 | 98 320 074 | 39 063 406 | 5,3837 | 7 255 819 | 1 205 937 757 | 105 575 893 |
| | 31/mar/25 | 1 012 124 018 | 11,7928 | 85 825 858 | 38 262 519 | 5,3424 | 7 162 019 | 1 050 386 537 | 92 987 876 |
| 2024 | 31/dez/24 | 889 537 259 | 11,7181 | 75 911 537 | 38 182 319 | 5,3017 | 7 201 967 | 927 719 578 | 83 113 504 |
| | 30/set/24 | 731 723 173 | 11,6371 | 62 878 595 | 38 030 132 | 5,2580 | 7 232 863 | 769 753 305 | 70 111 458 |
| | 30/jun/24 | 628 671 079 | 11,5026 | 54 654 823 | 37 622 074 | 5,1902 | 7 248 615 | 666 293 152 | 61 903 438 |
| | 31/mar/24 | 509 911 036 | 11,4190 | 44 654 487 | 29 018 298 | 5,1457 | 5 639 296 | 538 929 334 | 50 293 783 |
| 2023 | 31/dez/23 | 470 719 713 | 11,3425 | 41 500 516 | 29 405 798 | 5,1045 | 5 760 774 | 500 125 512 | 47 261 290 |
| | 30/set/23 | 394 247 904 | 11,1938 | 35 220 254 | 30 419 490 | 5,0321 | 6 045 036 | 424 667 393 | 41 265 291 |
| | 30/jun/23 | 275 959 119 | 11,1058 | 24 848 224 | 30 695 418 | 4,9872 | 6 154 822 | 306 654 538 | 31 003 046 |
| | 31/mar/23 | 184 611 881 | 11,0598 | 16 692 150 | 31 147 891 | 4,9621 | 6 277 133 | 215 759 772 | 22 969 283 |

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

| Descrição | Compras (1)* | | Vendas (2) * | | Total (1) + (2) | |
|----------------------------|----------------------|---------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa |
| Dívida Pública | 1 218 101 909 | - | 939 495 859 | - | 2 157 597 769 | - |
| Fundo Públicos Equiparados | - | - | - | 8 145 344 | - | 8 145 344 |
| Obrigações Diversas | 901 650 534 | - | 247 039 158 | - | 1 148 689 693 | - |
| TOTAL | 2 119 752 444 | - | 1 186 535 017 | 8 145 344 | 3 306 287 461 | 8 145 344 |

*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

(a) Pelo preço de referência

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

| Descrição | Valor | | Comissões | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Categoria A | Categoria C | Categoria A | Categoria C |
| Subscrições | 933 241 980 | 19 344 633 | - | - |
| Resgates | 437 186 325 | 22 711 770 | - | - |

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2025 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|--|--------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| 01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad. | | | | | | |
| 01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados | | | | | | |
| 01.01.01 - Títulos de dívida pública | | | | | | |
| DBR 5.625% 04/01/28 | 25 681 221 | - | (258 061) | 25 423 160 | 1 327 747 | 26 750 907 |
| BOTS 0% 14/08/26 | 31 467 771 | 131 909 | - | 31 599 680 | - | 31 599 680 |
| BOTS 0% 14/09/26 | 33 018 603 | 202 520 | - | 33 221 123 | - | 33 221 123 |
| BOTS 0% 31/03/26 | 14 846 285 | 82 165 | - | 14 928 450 | - | 14 928 450 |
| BOTS 0 10/14/26 | 37 320 816 | 72 134 | - | 37 392 950 | - | 37 392 950 |
| BOTS 0% 13/11/26 | 63 733 585 | 110 065 | - | 63 843 650 | - | 63 843 650 |
| BTF 0 04/22/26 | 26 613 422 | 218 908 | - | 26 832 330 | - | 26 832 330 |
| BTF 0% 20/05/26 | 51 444 793 | 152 207 | - | 51 597 000 | - | 51 597 000 |
| BTF 0% 11/02/26 | 8 910 580 | 69 800 | - | 8 980 380 | - | 8 980 380 |
| BTF 0% 09/04/26 | 24 741 983 | 120 517 | - | 24 862 500 | - | 24 862 500 |
| BTF 0 07/15/26 | 9 811 323 | 78 377 | - | 9 889 700 | - | 9 889 700 |
| BTF 0% 06/05/26 | 19 794 032 | 64 968 | - | 19 859 000 | - | 19 859 000 |
| KFW 0.75% 28/06/28 | 19 060 140 | 198 060 | - | 19 258 200 | 76 849 | 19 335 049 |
| EU 2.625% 04/07/28 | 18 232 440 | - | (93 120) | 18 139 320 | 234 308 | 18 373 628 |
| EU 2.875% 04/04/28 | 5 107 500 | - | (43 050) | 5 064 450 | 107 123 | 5 171 573 |
| KFW 0% 09/11/28 | 20 581 890 | 6 590 | - | 20 588 480 | - | 20 588 480 |
| BUBILL 0 06/17/26 | 9 890 355 | 25 945 | - | 9 916 300 | - | 9 916 300 |
| KFW 2.75% 15/03/28 | 20 234 170 | - | (21 170) | 20 213 000 | 440 000 | 20 653 000 |
| BUND.REP 4.75 7/4/28 | 8 510 440 | - | (8 200) | 8 502 240 | 188 438 | 8 690 678 |
| | 449 001 347 | 1 534 165 | (423 601) | 450 111 911 | 2 374 466 | 452 486 377 |
| 01.01.03 - Obrigações diversas | | | | | | |
| CXGD 0.375 21/09/27 | 1 947 750 | 119 280 | - | 2 067 030 | 2 201 | 2 069 231 |
| EDPPL 3.875 26/06/28 | 6 712 572 | - | (33 952) | 6 678 620 | 130 423 | 6 809 043 |
| BCPPL 1.125% 12/2/27 | 3 655 600 | 37 925 | - | 3 693 525 | 36 835 | 3 730 360 |
| SANT 3.375% 19/04/28 | 5 122 900 | - | (19 850) | 5 103 050 | 118 818 | 5 221 868 |
| LANBNN 0.75 25/05/26 | 6 908 840 | 39 220 | - | 6 948 060 | 31 788 | 6 979 848 |
| ERSTBK0,125%17/05/28 | 1 651 716 | 48 060 | - | 1 699 776 | 1 412 | 1 701 188 |
| DB 0.75% 02/17/27 | 2 758 140 | 34 888 | - | 2 793 028 | 18 296 | 2 811 324 |
| CMZB 1 04/03/26 | 3 746 013 | 68 190 | - | 3 814 203 | 31 728 | 3 845 931 |
| CMZB Float 12/03/27 | 800 000 | 776 | - | 800 776 | 1 236 | 802 012 |
| MBGGR Float 19/08/27 | 1 500 000 | 3 990 | - | 1 503 990 | 4 529 | 1 508 519 |
| TRAGR Float 21/01/26 | 4 411 415 | - | (9 215) | 4 402 200 | 26 488 | 4 428 688 |
| DB Float 15/01/26 | 5 115 600 | - | (14 529) | 5 101 071 | 29 570 | 5 130 641 |
| SHBAS Float 17/02/28 | 3 300 000 | 8 283 | - | 3 308 283 | 10 247 | 3 318 530 |
| CMARK 0.01% 28/01/26 | 1 943 400 | 53 260 | - | 1 996 660 | 185 | 1 996 845 |
| RENA 4.625% 13/07/26 | 3 560 200 | - | (39 130) | 3 521 070 | 76 281 | 3 597 351 |
| SANFP Float 11/03/27 | 2 500 000 | 3 275 | - | 2 503 275 | 3 483 | 2 506 758 |
| SOCGE Float 19/01/26 | 6 512 012 | - | (10 842) | 6 501 170 | 33 004 | 6 534 174 |
| BPCE 3.125% 24/01/28 | 5 101 500 | - | (30 650) | 5 070 850 | 146 404 | 5 217 254 |
| BSTLAF 4% 21/01/27 | 2 439 120 | - | (6 864) | 2 432 256 | 90 740 | 2 522 996 |
| CAPFP Float 25/09/27 | 7 000 000 | 7 315 | - | 7 007 315 | 3 155 | 7 010 470 |
| ORFP Float 19/11/27 | 3 500 000 | 1 890 | - | 3 501 890 | 9 398 | 3 511 288 |
| ORAFP 2.5% 13/11/28 | 2 394 384 | - | (8 472) | 2 385 912 | 8 055 | 2 393 967 |
| RENAUL4.625 02/10/26 | 2 399 055 | - | (23 793) | 2 375 262 | 27 097 | 2 402 359 |
| BPCE 3.625% 17/04/26 | 1 590 512 | 14 832 | - | 1 605 344 | 41 156 | 1 646 500 |
| BFCM Float 05/03/27 | 2 500 000 | 9 750 | - | 2 509 750 | 5 004 | 2 514 754 |
| CARLB Float 28/02/27 | 1 800 000 | 2 610 | - | 1 802 610 | 4 197 | 1 806 807 |
| NOVOB Float 27/05/27 | 6 007 440 | 780 | - | 6 008 220 | 13 802 | 6 022 022 |
| NOVOB 0 27/05/28 | 5 483 500 | - | (10 945) | 5 472 555 | 78 375 | 5 550 930 |
| OPBANKFloat 19/05/27 | 3 500 000 | 6 230 | - | 3 506 230 | 10 234 | 3 516 464 |
| UCGIM Float 20/11/28 | 5 000 000 | 24 900 | - | 5 024 900 | 16 048 | 5 040 948 |
| ENELIM 2.625 24/2/28 | 3 485 090 | 20 930 | - | 3 506 020 | 78 283 | 3 584 303 |
| ABNAVV Float 2/25/27 | 4 000 000 | 4 680 | - | 4 004 680 | 9 854 | 4 014 534 |
| LLOYDS Float 04/03/2 | 2 500 000 | 7 775 | - | 2 507 775 | 5 198 | 2 512 973 |
| SANFP 1,875 16/3/26 | 4 481 550 | 10 575 | - | 4 492 125 | 67 269 | 4 559 394 |
| Ren 1.625% 26/05/26 | 10 869 188 | - | (2 568) | 10 866 620 | 106 888 | 10 973 508 |
| BNP 2.125 23/01/27 | 2 870 420 | 28 000 | - | 2 898 420 | 57 911 | 2 956 331 |
| SOCGEN 0.875 01/7/26 | 7 424 985 | 218 574 | - | 7 643 559 | 33 964 | 7 677 523 |
| SOCGEN 0,75%15/01/27 | 5 583 520 | 12 170 | - | 5 595 690 | 39 939 | 5 635 629 |
| MCFP 0.125 11/02/28 | 1 484 000 | 41 008 | - | 1 525 008 | 1 775 | 1 526 783 |
| SOCGEN0.125 24/02/26 | 4 658 352 | 126 720 | - | 4 785 072 | 5 112 | 4 790 184 |
| ADPF 2.125% 02/10/26 | 1 982 360 | 15 220 | - | 1 997 580 | 10 596 | 2 008 176 |
| BNP 1,125% 17/04/29 | 2 391 100 | 11 575 | - | 2 402 675 | 19 957 | 2 422 632 |
| CMARK 3.875 22/05/28 | 5 445 485 | 1 855 | - | 5 447 340 | 126 038 | 5 573 378 |
| BPCEGP Float 3/08/27 | 2 411 856 | - | (2 328) | 2 409 528 | 4 264 | 2 413 792 |
| SOCGEN 4.125 02/6/27 | 6 730 290 | 20 784 | - | 6 751 074 | 158 875 | 6 909 949 |
| HSBC Float 05/10/26 | 1 603 360 | - | (2 032) | 1 601 328 | 5 588 | 1 606 916 |
| ORFP 2.875 19/05/28 | 7 438 140 | 37 192 | - | 7 475 332 | 132 313 | 7 607 645 |
| ACAFP 0.375 20/04/28 | 3 763 000 | 35 320 | - | 3 798 320 | 10 521 | 3 808 841 |
| HEIGR 1.125 01/12/27 | 4 801 650 | 81 750 | - | 4 883 400 | 4 777 | 4 888 177 |
| BAC Float 03/10/27 | 8 500 000 | 4 803 | - | 8 504 803 | 13 241 | 8 518 044 |
| NYKRE Float 27/02/26 | 1 283 000 | 1 091 | - | 1 284 091 | 3 388 | 1 287 479 |
| NYKRE 0.25 13/01/26 | 4 905 250 | 90 925 | - | 4 996 175 | 12 089 | 5 008 264 |
| NYKRE Float 24/01/27 | 4 371 000 | 14 293 | - | 4 385 293 | 22 335 | 4 407 628 |
| SANUK Float 24/03/28 | 4 200 000 | 20 412 | - | 4 220 412 | 2 447 | 4 222 859 |
| DANBNK Float 10/4/29 | 3 200 000 | 10 112 | - | 3 210 112 | 19 322 | 3 229 434 |
| T 0.25 04/03/26 | 4 354 965 | 73 062 | - | 4 428 027 | 9 221 | 4 437 248 |
| SMDSLN 0.875 12/9/26 | 2 962 500 | 3 540 | - | 2 966 040 | 7 983 | 2 974 023 |

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|-----------------------|--------------------|-------------|--------------|-------------------|----------------|------------|
| EDPPL 0.375 16/09/26 | 2 787 840 | 171 630 | - | 2 959 470 | 3 298 | 2 962 768 |
| MS Float 04/05/28 | 5 000 000 | 33 250 | - | 5 033 250 | 36 250 | 5 069 500 |
| CCE 2.75 06/05/26 | 7 241 098 | - | (10 953) | 7 230 145 | 130 734 | 7 360 879 |
| BACR Float 14/08/29 | 3 500 000 | 31 885 | - | 3 531 885 | 14 691 | 3 546 576 |
| MET Float 21/05/27 | 2 000 000 | 3 920 | - | 2 003 920 | 5 845 | 2 009 765 |
| BACR 0.875% 15/01/26 | 2 315 822 | 33 003 | - | 2 348 825 | 19 774 | 2 368 599 |
| NWG Float 11/06/28 | 5 100 000 | 21 777 | - | 5 121 777 | 7 997 | 5 129 774 |
| RY Float 13/06/29 | 4 000 000 | 16 920 | - | 4 016 920 | 5 440 | 4 022 360 |
| NDAFH Float 17/06/27 | 5 000 000 | - | - | 5 000 000 | 5 088 | 5 005 088 |
| SCMNVX Float 30/6/27 | 2 500 000 | 4 025 | - | 2 504 025 | 332 | 2 504 357 |
| NTT Float 16/07/27 | 5 000 000 | 13 150 | - | 5 013 150 | 26 961 | 5 040 111 |
| GIS 0.45% 15/01/26 | 2 764 200 | 233 730 | - | 2 997 930 | 12 982 | 3 010 912 |
| CABKSM Float 26/6/29 | 3 000 000 | 9 210 | - | 3 009 210 | 667 | 3 009 877 |
| CAABN 2.75% 07/07/28 | 1 719 968 | 2 671 | - | 1 722 639 | 23 107 | 1 745 746 |
| EUROB2.875% 07/07/28 | 999 560 | 1 680 | - | 1 001 240 | 14 021 | 1 015 261 |
| SANTA 0.50% 04/02/27 | 4 767 250 | 129 900 | - | 4 897 150 | 22 671 | 4 919 821 |
| GIVNVX 1% 22/04/27 | 1 921 820 | 41 960 | - | 1 963 780 | 13 918 | 1 977 698 |
| REPSM 2.25 12/10/26 | 992 220 | 7 640 | - | 999 860 | 1 356 | 1 001 216 |
| TOYOTAFloa 20/08/27 | 3 000 540 | 360 | - | 3 000 900 | 8 474 | 3 009 374 |
| PEP 0.50% 06/05/28 | 3 810 740 | 4 260 | - | 3 815 000 | 13 151 | 3 828 151 |
| T 1.6 19/05/28 | 6 208 260 | 2 153 | - | 6 210 413 | 63 286 | 6 273 699 |
| T Float 16/09/27 | 8 500 000 | 7 310 | - | 8 507 310 | 9 376 | 8 516 686 |
| DANNK Float 01/10/28 | 6 500 000 | 5 070 | - | 6 505 070 | 41 794 | 6 546 864 |
| SANTAN 1.125 23/6/27 | 4 319 550 | 95 805 | - | 4 415 355 | 26 630 | 4 441 985 |
| VW Float 02/10/28 | 3 000 000 | - | (30) | 2 999 970 | 20 339 | 3 020 309 |
| CMZB 3% 14/09/27 | 7 640 930 | - | (7 262) | 7 633 668 | 68 088 | 7 701 756 |
| AYVFP Float 19/11/27 | 3 500 000 | 15 750 | - | 3 515 750 | 11 405 | 3 527 155 |
| CMZB Float 03/03/28 | 2 500 000 | 3 275 | - | 2 503 275 | 5 156 | 2 508 431 |
| BNP Float 20/03/29 | 5 000 000 | 18 900 | - | 5 018 900 | 3 868 | 5 022 768 |
| DB 1.625% 20/01/27 | 5 337 668 | 12 976 | - | 5 350 644 | 83 182 | 5 433 826 |
| RBOSGR Floa 28/11/26 | 3 500 000 | 7 455 | - | 3 507 455 | 8 327 | 3 515 782 |
| BFCM Float 19/09/28 | 4 000 000 | 3 440 | - | 4 003 440 | 3 711 | 4 007 151 |
| RENAUL 2.375 25/5/26 | 5 690 595 | 3 363 | - | 5 693 958 | 81 967 | 5 775 925 |
| UCGIM 2.2 22/07/27 | 8 113 091 | 23 462 | - | 8 136 553 | 80 071 | 8 216 623 |
| BKTSM 0.625 06/10/27 | 4 743 500 | 91 550 | - | 4 835 050 | 7 449 | 4 842 499 |
| NDAFH Float 23/10/28 | 6 000 000 | 1 260 | - | 6 001 260 | 28 210 | 6 029 470 |
| MS Float 04/05/29 | 8 000 000 | 1 040 | - | 8 001 040 | 31 656 | 8 032 696 |
| BAC Float 30/10/29 | 3 500 000 | 1 855 | - | 3 501 855 | 16 378 | 3 518 233 |
| BMO Float 28/10/29 | 2 000 000 | 1 460 | - | 2 001 460 | 9 829 | 2 011 289 |
| NACN Float 08/11/27 | 4 000 000 | 1 520 | - | 4 001 520 | 14 850 | 4 016 370 |
| GOOGL 2.375% 6/11/28 | 4 985 550 | - | (8 300) | 4 977 250 | 18 219 | 4 995 469 |
| AMT 0.5 15/01/28 | 10 374 530 | 165 230 | - | 10 539 760 | 52 890 | 10 592 650 |
| KO 0.125% 15/03/29 | 4 611 150 | - | (5 650) | 4 605 500 | 5 000 | 4 610 500 |
| MICCNL 2.75 26/02/29 | 2 989 380 | - | (3 510) | 2 985 870 | 8 137 | 2 994 007 |
| ADSGR 0% 05/10/28 | 931 450 | 1 860 | - | 933 310 | - | 933 310 |
| TMO Float 01/12/27 | 6 500 000 | 2 665 | - | 6 502 665 | 13 103 | 6 515 768 |
| VW Float 10/12/27 | 3 700 000 | 7 659 | - | 3 707 659 | 6 064 | 3 713 722 |
| NACN Float 15/12/28 | 2 900 000 | 2 871 | - | 2 902 871 | 3 606 | 2 906 477 |
| GS Float 18/12/29 | 5 100 000 | 4 743 | - | 5 104 743 | 5 354 | 5 110 097 |
| ABIBB 2% 17/03/28 | 2 460 903 | - | (6 379) | 2 454 524 | 39 440 | 2 493 964 |
| SANTA Float 01/29/26 | 1 187 580 | 12 996 | - | 1 200 576 | 5 897 | 1 206 473 |
| PG 4.875 05/11/27 | 3 161 100 | - | (63 450) | 3 097 650 | 94 161 | 3 191 811 |
| CLNXSM 0.75 15/11/26 | 9 790 253 | 164 509 | - | 9 954 762 | 9 754 | 9 964 516 |
| ISPI 0.625% 24/02/26 | 2 504 432 | 39 321 | - | 2 543 753 | 13 580 | 2 557 332 |
| ISPI 0.75% 16/03/28 | 9 095 112 | 15 263 | - | 9 110 375 | 56 685 | 9 167 060 |
| OPBAN 0.25% 24/03/26 | 5 559 662 | 133 340 | - | 5 693 002 | 11 087 | 5 704 089 |
| SCBNOR 0.125 14/4/26 | 7 304 250 | 148 725 | - | 7 452 975 | 6 729 | 7 459 704 |
| ARGSPA5.375 29/11/27 | 1 235 160 | - | (5 160) | 1 230 000 | 5 832 | 1 235 832 |
| KUTXA 4.75% 15/06/27 | 810 360 | - | (2 592) | 807 768 | 20 822 | 828 590 |
| VW 0.375 20/07/26 | 5 427 390 | 158 031 | - | 5 585 421 | 9 578 | 5 594 999 |
| AMT 0.45 15/01/27 | 4 728 350 | 172 100 | - | 4 900 450 | 21 637 | 4 922 087 |
| ENELIM 0 17/06/27 | 6 619 284 | 161 966 | - | 6 781 250 | 9 493 | 6 790 743 |
| CCBGB Float 18/09/26 | 3 000 000 | - | - | 3 000 000 | 2 867 | 3 002 867 |
| BNP 1,625% 23/02/26 | 2 411 848 | 85 527 | - | 2 497 375 | 34 726 | 2 532 101 |
| BRITE 1.75% 10/03/26 | 991 920 | 7 020 | - | 998 940 | 14 240 | 1 013 180 |
| UCAJL 7.25% 15/11/27 | 5 506 124 | - | (97 084) | 5 409 040 | 48 545 | 5 457 585 |
| CCBGB Float 13/09/27 | 3 000 000 | 10 365 | - | 3 010 365 | 3 683 | 3 014 048 |
| ENELIM 0.25 28/05/26 | 3 887 200 | 76 920 | - | 3 964 120 | 5 973 | 3 970 093 |
| TELEFO 1.46% 13/4/26 | 8 677 328 | 102 872 | - | 8 780 200 | 92 576 | 8 872 776 |
| ATDB 1,875% 06/05/26 | 9 502 483 | 75 629 | - | 9 578 112 | 118 356 | 9 696 468 |
| UBS Float 12/05/29 | 4 000 000 | 38 280 | - | 4 038 280 | 16 583 | 4 054 863 |
| NDAFH 1.125% 16/2/27 | 4 235 070 | 1 591 | - | 4 236 661 | 42 278 | 4 278 939 |
| CLNX 2.25% 12/04/26 | 3 992 800 | 4 040 | - | 3 996 840 | 65 096 | 4 061 936 |
| RWE 2,125% 24/05/26 | 8 793 638 | - | (1 320) | 8 792 318 | 113 763 | 8 906 081 |
| CS 1 24/06/27 | 7 916 800 | 27 040 | - | 7 943 840 | 41 863 | 7 985 703 |
| BACRED 3% 13/07/26 | 1 947 566 | - | (1 358) | 1 946 208 | 26 998 | 1 973 206 |
| EMN 1.875 11/23/26 | 2 982 540 | 1 710 | - | 2 984 250 | 6 010 | 2 990 260 |
| VLVY 2,625% 20/02/26 | 1 927 620 | 72 580 | - | 2 000 200 | 45 308 | 2 045 508 |
| MS 4.813% 25/10/28 | 7 343 910 | - | (79 870) | 7 264 040 | 62 767 | 7 326 807 |
| UCGIM 5.85% 15/11/27 | 6 885 375 | - | (46 249) | 6 839 126 | 50 094 | 6 889 220 |
| NWG Float 13/01/26 | 2 263 900 | - | (13 338) | 2 250 562 | 15 025 | 2 265 587 |
| UCGIM 4.8 17/01/29 | 8 414 720 | - | (79 040) | 8 335 680 | 367 167 | 8 702 847 |

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|----------------------------|----------------------|------------------|--------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| BAMI 4,875% 18/01/27 | 6 841 834 | - | (40 223) | 6 801 611 | 308 298 | 7 109 910 |
| RBIAV 4,75% 26/01/27 | 7 489 134 | - | (79 292) | 7 409 842 | 327 425 | 7 737 267 |
| ESSITY 1.625 30/3/27 | 5 584 149 | 183 762 | - | 5 767 911 | 71 897 | 5 839 808 |
| HOG 5.125% 05/04/26 | 4 068 000 | - | (51 120) | 4 016 880 | 152 205 | 4 169 085 |
| JPM 1.638 18/5/28 | 5 931 000 | - | (2 940) | 5 928 060 | 61 391 | 5 989 451 |
| VW 4.25% 01/07/26 | 15 669 353 | - | (166 098) | 15 503 255 | 647 921 | 16 151 176 |
| BFCM 1.25 05/26/27 | 6 051 954 | 144 096 | - | 6 196 050 | 47 466 | 6 243 515 |
| SANS 4.125% 05/05/28 | 2 069 200 | 1 140 | - | 2 070 340 | 54 473 | 2 124 813 |
| CARLB 3,5% 26/11/26 | 3 449 300 | - | (15 708) | 3 433 592 | 11 737 | 3 445 329 |
| INTNED 4.5% 23/05/29 | 5 204 500 | - | (14 900) | 5 189 600 | 137 466 | 5 327 066 |
| ISPIM 4% 19/05/26 | 5 995 143 | - | (57 147) | 5 937 996 | 146 773 | 6 084 769 |
| AQUASM 2.629% 8/6/27 | 1 250 340 | 50 713 | - | 1 301 053 | 19 383 | 1 320 436 |
| VLVY 3.875% 29/08/26 | 997 420 | 11 210 | - | 1 008 630 | 13 271 | 1 021 901 |
| BACRED 4.875 13/9/27 | 8 790 939 | - | (126 344) | 8 664 595 | 125 336 | 8 789 931 |
| INTNE Float 02/10/26 | 2 000 000 | 6 300 | - | 2 006 300 | 13 610 | 2 019 910 |
| SANT 4.625% 18/10/27 | 8 384 580 | - | (46 492) | 8 338 088 | 77 928 | 8 416 016 |
| SHBASS 3.87510/05/27 | 7 190 858 | - | (56 458) | 7 134 400 | 175 384 | 7 309 784 |
| NWG Float 09/01/26 | 4 105 720 | - | (5 310) | 4 100 410 | 25 151 | 4 125 561 |
| ABN Float 15/01/27 | 2 500 000 | 9 025 | - | 2 509 025 | 14 224 | 2 523 249 |
| CABNK Float 26/01/26 | 2 381 000 | 1 071 | - | 2 382 071 | 12 506 | 2 394 577 |
| NTGYSM 1.5% 29/01/28 | 781 280 | 1 088 | - | 782 368 | 11 079 | 793 447 |
| CM Float 29/01/27 | 3 018 300 | - | (5 070) | 3 013 230 | 14 848 | 3 028 078 |
| VLVY 3.125% 08/09/26 | 2 993 250 | 22 230 | - | 3 015 480 | 29 538 | 3 045 018 |
| KBC Float 04/03/26 | 1 700 000 | 731 | - | 1 700 731 | 3 164 | 1 703 895 |
| LLOYDS Float 05/3/27 | 1 440 000 | 1 166 | - | 1 441 166 | 2 947 | 1 444 113 |
| NACN Float 06/03/26 | 1 701 709 | - | (468) | 1 701 241 | 2 839 | 1 704 080 |
| CM Float 27/03/26 | 2 600 000 | 1 222 | - | 2 601 222 | 524 | 2 601 746 |
| OPBANK Float 28/03/27 | 895 000 | 1 566 | - | 896 566 | 180 | 896 746 |
| VW Float 27/03/26 | 2 100 000 | 2 142 | - | 2 102 142 | 467 | 2 102 609 |
| LEASY Float 08/04/26 | 4 001 720 | 1 160 | - | 4 002 880 | 26 218 | 4 029 098 |
| BMO Float 12/04/27 | 1 800 000 | 3 600 | - | 1 803 600 | 9 792 | 1 813 392 |
| ACSSCE 1.875 20/4/26 | 2 692 386 | 5 454 | - | 2 697 840 | 35 507 | 2 733 347 |
| UBS Float 12/04/26 | 3 349 940 | 1 400 | - | 3 351 340 | 17 681 | 3 369 021 |
| SRGIM Float 15/04/26 | 1 222 000 | 648 | - | 1 222 648 | 6 423 | 1 229 071 |
| TD Float 16/04/26 | 3 002 100 | - | (510) | 3 001 590 | 15 406 | 3 016 996 |
| ISPIM Float 16/04/27 | 1 403 000 | 4 560 | - | 1 407 560 | 7 865 | 1 415 425 |
| TOYOTA Float 30/04/26 | 2 356 000 | 2 380 | - | 2 358 380 | 10 200 | 2 368 580 |
| SEB Float 03/05/27 | 2 039 000 | 4 302 | - | 2 043 302 | 8 120 | 2 051 422 |
| BACR Float 08/05/28 | 1 455 000 | 5 500 | - | 1 460 500 | 5 880 | 1 466 380 |
| CITI Float 14/05/28 | 2 263 000 | 7 083 | - | 2 270 083 | 7 990 | 2 278 073 |
| VLVY Float 22/05/26 | 3 002 400 | - | (420) | 3 001 980 | 7 708 | 3 009 688 |
| SYDB 4.125% 30/09/27 | 5 976 308 | - | (6 688) | 5 969 621 | 62 011 | 6 031 631 |
| BBVASM Float 06/7/27 | 2 300 000 | 7 544 | - | 2 307 544 | 3 841 | 2 311 385 |
| VW 3.75% 10/09/26 | 9 590 616 | - | (48 630) | 9 541 986 | 109 838 | 9 651 824 |
| VW Float 10/06/27 | 1 300 000 | 91 | - | 1 300 091 | 2 263 | 1 302 354 |
| JPM Float 06/06/28 | 1 507 095 | - | (1 605) | 1 505 490 | 2 665 | 1 508 155 |
| BNS Float 10/06/27 | 2 505 700 | 1 675 | - | 2 507 375 | 3 971 | 2 511 346 |
| BNS Float 17/06/26 | 2 500 500 | 1 675 | - | 2 502 175 | 2 575 | 2 504 750 |
| CAABNK Float 18/07/27 | 784 000 | 3 160 | - | 787 160 | 4 458 | 791 618 |
| TACHEM 2,25 21/11/26 | 4 281 080 | 11 954 | - | 4 293 034 | 10 868 | 4 303 902 |
| IFF 1.8% 25/09/26 | 11 896 219 | 13 398 | - | 11 909 617 | 57 874 | 11 967 490 |
| DGELN Float 06/20/26 | 1 999 200 | 1 800 | - | 2 001 000 | 1 297 | 2 002 297 |
| RY Float 02/07/28 | 2 727 000 | 5 045 | - | 2 732 045 | 18 143 | 2 750 188 |
| RABOBK FLOAT 16/07/28 | 5 099 344 | 9 836 | - | 5 109 180 | 28 263 | 5 137 443 |
| SSELN 1.375% 04/9/27 | 4 365 000 | 52 200 | - | 4 417 200 | 20 173 | 4 437 373 |
| HEIANA 1,25% 17/03/27 | 3 766 060 | 180 700 | - | 3 946 760 | 39 726 | 3 986 486 |
| VW Float 14/08/26 | 1 800 000 | 2 016 | - | 1 802 016 | 6 235 | 1 808 251 |
| TD Float 10/09/27 | 5 000 000 | 23 350 | - | 5 023 350 | 8 094 | 5 031 444 |
| CAABNK Float 27/1/28 | 1 972 000 | 10 826 | - | 1 982 826 | 10 358 | 1 993 184 |
| CABKS Float 19/09/28 | 3 000 000 | 10 800 | - | 3 010 800 | 2 870 | 3 013 670 |
| AT 1.8% 05/09/26 | 5 890 400 | 190 995 | - | 6 081 395 | 35 798 | 6 117 192 |
| CCEP 1,5% 08/11/27 | 4 847 700 | 64 750 | - | 4 912 450 | 11 096 | 4 923 546 |
| DANBK Float 02/10/27 | 2 000 000 | 2 320 | - | 2 002 320 | 12 548 | 2 014 868 |
| CM Float 10/18/28 | 1 900 000 | 9 177 | - | 1 909 177 | 10 803 | 1 919 980 |
| RY Float 11/04/26 | 4 167 000 | 4 125 | - | 4 171 125 | 16 381 | 4 187 506 |
| VW 2.5 31/07/26 | 7 697 478 | 1 444 | - | 7 698 922 | 81 219 | 7 780 141 |
| MDT 1,125% 07/03/27 | 7 364 630 | 122 358 | - | 7 486 988 | 70 274 | 7 557 261 |
| VZ 0.875% 08/04/27 | 3 677 572 | 88 274 | - | 3 765 846 | 24 658 | 3 790 503 |
| ABN Float 21/01/28 | 4 700 000 | 15 463 | - | 4 715 463 | 23 406 | 4 738 869 |
| GS Float 23/01/29 | 4 314 000 | 20 384 | - | 4 334 384 | 23 806 | 4 358 190 |
| ANZ Float 29/10/27 | 6 000 000 | 19 680 | - | 6 019 680 | 27 349 | 6 047 029 |
| NWIDE Float 27/01/29 | 4 052 000 | 19 814 | - | 4 071 814 | 21 283 | 4 093 097 |
| BAC Float 28/01/28 | 4 000 000 | 7 480 | - | 4 007 480 | 18 792 | 4 026 272 |
| CM Float 03/02/28 | 2 923 000 | 6 343 | - | 2 929 343 | 12 791 | 2 942 134 |
| | 885 368 528 | 5 513 512 | (1 372 138) | 889 509 903 | 8 006 594 | 897 516 497 |
| 01.03.11 - Papel comercial | | | | | | |
| PC BANKINT 21/01/26 | 9 897 500 | 92 174 | - | 9 989 674 | - | 9 989 674 |
| PC ACCIONA 20/02/26 | 10 865 420 | 100 968 | - | 10 966 388 | - | 10 966 388 |
| PC ACCIONA 10/04/26 | 6 913 428 | 42 249 | - | 6 955 677 | - | 6 955 677 |
| PC CIE AUTO 13/03/26 | 5 170 639 | 6 129 | - | 5 176 768 | - | 5 176 768 |
| | 32 846 987 | 241 520 | - | 33 088 507 | - | 33 088 507 |
| TOTAL | 1 367 216 863 | 7 289 197 | (1 795 739) | 1 372 710 322 | 10 381 060 | 1 383 091 382 |

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-2024 | Aumentos | Reduções | 31-12-2025 |
|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Depósitos à ordem | 48 274 500 | 2 748 008 960 | 2 733 969 819 | 62 313 641 |
| TOTAL | 48 274 500 | 2 748 008 960 | 2 733 969 819 | 62 313 641 |

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Rendimentos) são os seguintes:

| Natureza | Ganhos de Capital | | | Ganhos de Juros | | Rendimento de títulos | Total |
|----------------------------|------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Mais Valias Potenciais | Mais Valias Efetivas | Total | Juros vencidos | Juros corridos | | |
| OPERAÇÕES "À VISTA" | | | | | | | |
| Acções | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações | 17 432 948 | 14 114 853 | 31 547 800 | 17 515 846 | 10 381 060 | - | 27 896 906 |
| Unidades de Participação | - | - | - | - | - | - | - |
| Direitos | - | - | - | - | - | - | - |
| Depósitos | - | - | - | 473 113 | 20 604 | - | 493 716 |
| Instr. Dívida c/ Prazo | 912 745 | 1 102 584 | 2 015 330 | - | - | - | - |
| OPERAÇÕES "A PRAZO" | | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | | |
| Cambiais a Vista | - | - | - | - | - | - | - |
| Futuros | - | - | - | - | - | - | - |
| Taxa de Juro | | | | | | | |
| Futuros | - | - | - | - | - | - | - |
| Cotações | | | | | | | |
| Futuros | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 18 345 693 | 15 217 437 | 33 563 130 | 17 988 958 | 10 401 664 | - | 28 390 622 |

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

| Natureza | Perdas de Capital | | | Juros e Comissões suportadas | | Total |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------------|----------------|-------------------|
| | Menos Valias Potenciais | Menos Valias Efetivas | Total | Juros vencidos e comissões | Juros corridos | |
| OPERAÇÕES "À VISTA" | | | | | | |
| Obrigações | 19 456 814 | 534 070 | 19 990 884 | 8 563 716 | - | 8 563 716 |
| Acções | - | - | - | - | - | - |
| Unidades de Participação | - | - | - | - | - | - |
| Direitos | - | - | - | - | - | - |
| Depósitos | - | - | - | - | - | - |
| Instr. dívida | 1 006 386 | - | 1 006 386 | - | - | - |
| OPERAÇÕES "A PRAZO" | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | |
| Cambiais a Vista | - | - | - | - | - | - |
| Futuro de Moeda | - | - | - | - | - | - |
| Sports | - | - | - | - | - | - |
| Taxa de Juro | | | | | | |
| Futuros | - | - | - | - | - | - |
| Cotações | | | | | | |
| Futuros | - | - | - | - | - | - |
| Comissões | | | | | | |
| De Gestão | - | - | - | 6 997 733 | - | 6 997 733 |
| De Depósito | - | - | - | 421 012 | - | 421 012 |
| De Carteira de Títulos | - | - | - | 19 091 | - | 19 091 |
| De Operações Extrapatrimoniais | - | - | - | - | - | - |
| Taxa de Supervisão | - | - | - | 158 179 | - | 158 179 |
| Outras comissões | - | - | - | 14 142 | - | 14 142 |
| TOTAL | 20 463 200 | 534 070 | 20 997 270 | 16 173 875 | - | 16 173 875 |

Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho.

Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação “à saída”, com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2025 o imposto suportado pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

| Descritivo | 31-12-2025 | 31-12-2024 |
|--|----------------|----------------|
| Impostos pagos em Portugal | 755 425 | 508 687 |
| Impostos sobre rendimento de capital | | |
| Mais Valias | - | - |
| Dividendos | - | - |
| Juros | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| Impostos Indiretos | | |
| Imposto de Selo | 755 425 | 508 687 |
| Outros Impostos | - | - |
| Impostos pagos no estrangeiro | - | - |
| Impostos sobre rendimentos de capital | | |
| Dividendos | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| TOTAL | 755 425 | 508 687 |

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2025 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

| Maturidades | Montante em Carteira (A) | Extra-Patrimoniais (B) | | | | Saldo (A)+(B) |
|----------------|--------------------------|------------------------|-------------|---------|--------|---------------|
| | | FRA | Swaps (IRS) | Futuros | Opções | |
| de 0 a 1 ano | 572 113 940 | - | - | - | - | 572 113 940 |
| de 1 a 3 anos | 419 970 523 | - | - | - | - | 419 970 523 |
| de 3 a 5 anos | 24 057 052 | - | - | - | - | 24 057 052 |
| de 5 a 7 anos | - | - | - | - | - | - |
| mais de 7 anos | - | - | - | - | - | - |

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2025:

| | Perda potencial no final do período em análise | Perda potencial no final do exercício anterior |
|------------------------|--|--|
| Carteira sem derivados | 1 444 414 476 | 927 719 578 |
| Carteira com derivados | 1 444 414 476 | 927 719 578 |
| | 0,00% | 0,00% |

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2025 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

| Encargos | Categoria A | | Categoria C | |
|-----------------------------------|------------------|----------------------|---------------|----------------------|
| | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ |
| Comissão de Gestão Fixa | 7 090 017 | 0,61% | 35 612 | 0,09% |
| Comissão de Depósito | 424 019 | 0,04% | 13 833 | 0,04% |
| Taxa de Supervisão | 153 182 | 0,01% | 4 997 | 0,01% |
| Custos de Auditoria | 22 989 | 0,00% | 750 | 0,00% |
| Encargos outros OIC | - | - | - | - |
| Outros Custos Correntes | 604 893 | 0,05% | 19 734 | 0,05% |
| TOTAL | 8 295 100 | | 74 927 | |
| TAXA DE ENCARGOS CORRENTES | | 0,71% | | 0,20% |

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.